

Resultados preliminares de um estudo geográfico sobre aglomerações urbanas no Brasil: análise do nível de instrução

Fany Rachel Davidovich *

PARTE 1

Maria Francisca T. Cavalcanti Cardoso **

O objetivo dessa análise é dar conhecimento de um trabalho que se vem desenvolvendo na Divisão de Estudos Urbanos do Departamento de Geografia do IBGE a respeito de dimensões sócio-espaciais do processo de urbanização brasileira.

O nível de preocupação presente nessa etapa do estudo se fundamenta na idéia de que estruturas espaciais elaboradas pela urbaniza-

ção se articulam com outras dimensões da organização social integradas no mesmo processo. Pretende-se com isto estabelecer uma via para desenvolver a abordagem do espaço como prática social e como categoria concreta da sociedade. Significa também dizer que se pretende, deste modo, conduzir tal abordagem para a análise da divisão territorial do trabalho.

* Autora da Parte 1.

** Autora da Parte 2.

A idéia de comentar apenas um dos indicadores utilizados no referido estudo não representa uma ruptura com a unidade do trabalho. A escolha do indicador nível de instrução se presta particularmente para ilustrar o procedimento adotado para os demais indicadores empregados na análise das aglomerações urbanas brasileiras. Para cada um deles se apresentou a justificativa de seu uso, envolvendo observações teóricas e críticas a respeito, assim como a apreciação da configuração espacial aferida por sua distribuição no universo de centros considerados. Essa representação espacial foi, porém, particularmente desenvolvida em comentários designados de anexos.

Por outro lado, é preciso também levar em conta que a análise dos níveis de instrução da população nos principais centros urbanos do país constitui-se em uma das abordagens para a interpretação sócio-espacial da instituição educacional no país.

Antes de passarmos para a orientação adotada no trabalho, convém introduzir uma visão geral do estudo a fim de situar o aspecto parcial que nos propusemos tratar.

1 — UMA VISÃO GERAL DO ESTUDO

Como se afirmou de início, o trabalho a que estamos nos reportando diz respeito a uma análise sócio-espacial apoiada em estruturas espaciais desenvolvidas pela urbanização, procedimento esse que, segundo Coraggio (1977), é de

grande validade para a própria compreensão da complexidade social.

Para tanto, selecionou-se um elenco de variáveis, a partir de dados secundários, que expressam aspectos da estrutura sócio-econômica, tendo como unidades de observação as principais formas espaciais de concentração urbana no Brasil, definidas em análises anteriores (Davidovich, Lima, 1975, 1976). Está aí compreendido um total de 90 unidades que perfazem a maioria da população urbana brasileira¹.

A premissa básica é de que as variáveis escolhidas, constituídas em indicadores, compõem um sistema de relacionamentos, desempenhando, porém, papéis distintos, na medida que se pressupõe um encadeamento causal entre os mesmos. Definem-se, assim, indicadores primários, ou chaves, e indicadores dependentes².

Essas relações foram operacionalizadas através da técnica de análise de trajetória (*path analysis*)³, determinando-se como fatores primários os indicadores referentes à estrutura produtiva, representada pela base econômica dos centros e pelo nível de instrução da população adulta. Estes têm influência na renda expressa pelos rendimentos da população economicamente ativa de cada centro, enquanto os demais indicadores foram posicionados como função direta da renda e vinculados ao consumo. Trata-se aí, novamente, do nível de instrução, mas tendo agora como referência o grupo infante-juvenil; trata-se também do acesso a bens durá-

¹ Trata-se de unidades agregadas, como áreas metropolitanas e aglomerações urbanas abaixo desse nível, e de municípios individualizados com cidades de 50 mil habitantes e mais que não fazem parte daquelas concentrações. A população urbana desse conjunto foi de 33.531.827 (1970), representando quase 65% da população urbana do país.

² O esquema explicativo foi sugerido pela geógrafa Olga Maria Buarque de Lima Fredrich, co-participante da coordenação do trabalho sobre Aglomerações Urbanas no Brasil.

³ Ver, a propósito, Rodolpho A. Simas (1978).

veis e a serviços de infra-estrutura urbana, e do peso da faixa etária de 0-14 anos no conjunto da população.

Com esse enfoque pretendeu-se apresentar uma imagem do contexto social em que se encontram os centros urbanos. Os indicadores são examinados pelo significado que têm em um campo de relações, sejam aqueles assumidos como causais sejam os considerados como efeito da renda monetária. É, portanto, um procedimento que se opõe a técnicas que operam simplesmente com dados agregados. Tal encadeamento envolve ainda a reação dos efeitos sobre as causas, sem implicar necessariamente a idéia de uma circularidade que se fecha sobre si mesma. Entende-se com isto que essa reação pressupõe mudanças, atendendo, assim, à concepção da organização urbana como processo.

Os resultados obtidos com o referido procedimento técnico justificaram o modelo explicativo proposto e os indicadores utilizados, abrindo ainda a possibilidade de ponderá-los, de acordo com os índices de correlação registrados.

A metodologia adotada envolve ainda dois tipos de classificação dos centros urbanos em cada indicador utilizado no referido trabalho. Em uma primeira classificação, os centros foram reunidos em três categorias, divididas, por sua vez, em três subcategorias, ordenadas de modo crescente:

I — Situação de Precariedade (1, 2 e 3)

II — Situação Intermediária (1, 2 e 3)

III — Situação Favorável (1, 2 e 3)

Na segunda classificação os centros foram agrupados em cinco

categorias correspondentes a graus de divergência em relação a um padrão médio do indicador dentro do universo considerado. Uma descrição mais pormenorizada figura na parte II⁴. Para a representação espacial que será abordada nesse trecho do trabalho limitamo-nos a considerar a primeira das classificações mencionadas.

Essa metodologia leva, assim, a uma análise individualizada de cada indicador, que resulta numa classificação sócio-espacial de determinados recursos da sociedade. Corresponderia ao que M. Santos (1979) preconiza quando se refere à necessidade de distinguir *estruturas formadas por elementos homólogos* como uma das vias de compreensão da complexidade da estrutura social. Neste sentido, o tratamento analítico de cada indicador não significa que se está proporcionando uma abordagem fragmentada do todo social. O mesmo se pode dizer da configuração espacial do fenômeno aqui apresentado, na medida em que os padrões espaciais devem também ser interpretados como representação do social.

De acordo com os passos que se apontou relativamente ao procedimento adotado, vai se tratar, a seguir, das justificativas do emprego do indicador em questão.

2 — JUSTIFICATIVAS DO USO DE INDICADORES DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO

As referências anteriormente feitas a respeito do posicionamento do nível de instrução no modelo explicativo adotado deixam claro que se vai tratar basicamente de dois indicadores nessa parte

⁴ Adaptação de uma metodologia proposta por Allmann *et alii* (1964) — ver bibliografia.

do trabalho: um que é concebido como um dos componentes da estrutura produtiva e que diz respeito à instrução da população adulta; e o outro que se refere ao consumo e que expressa a escolarização do grupo infanto-juvenil.

Convém mais uma vez assinalar que, em torno das justificativas, serão também apresentadas certas referências teóricas e críticas. Ainda que de maneira sucinta, pretende-se, com isto, fundamentar as hipóteses adotadas, as quais estão implícitas nas colocações acima.

Uma justificativa relevante deriva certamente da importância que se atribui ao ensino na complexidade social alcançada pela economia urbano-industrial. Mas essa consideração é diferentemente apreciada segundo sua abordagem sob o enfoque do pensamento liberal e segundo sua abordagem como meio de consumo coletivo. No pensamento liberal é assumido como fator de desenvolvimento das capacidades humanas, enquanto que como meio de consumo coletivo o ensino é considerado fator de aumento da produtividade da força de trabalho exigido pela acumulação do capital.

2.1 — O Ensino no enfoque do pensamento liberal

Os pontos de vista baseados em correntes do pensamento liberal apóiam-se na ideologia da sociedade aberta e democrática, isto é, das oportunidades iguais para todos. Neste sentido, a educação é tomada como agente de transformação social e portanto como fator das diferentes posições assumidas pela população na escala da sociedade. Em outras palavras, de acordo com a ideologia referida acima, a educação seria uma variável independente e causal no que diz respeito às desigualdades de distribuição de renda.

Admite-se, assim, que grupos detentores de níveis superiores de instrução são os mais aptos a assimilar mudanças do sistema e que diferenciações nessa habilitação responderiam pela geração de disparidades sociais. Deste modo, a obrigatoriedade escolar é reconhecida como fator de socialização, isto é, como via de integração de grupos da população na sociedade moderna, enquanto os níveis de escolaridade são vistos como chave de ascensão social.

Duração e qualificação dessa escolaridade tornam-se, portanto, condições imprescindíveis para aquela integração, assumindo a expansão do ensino o caráter de serviço de massa. É assim que a educação participa cada vez mais da revolução do consumo, paralela à revolução tecnológica. Com efeito, essa orientação, cuja origem remonta às necessidades de escolarização da força de trabalho exigida pela crescente complexidade da atividade industrial, consolidou-se no pós-guerra, dada a importância que a formação de recursos humanos passou a adquirir como fator de produção na sociedade capitalista. Datam de então a implementação e divulgação de vultosos programas de educação e de treinamento da mão-de-obra.

Críticas às posições que tomam o ensino como variável independente têm recebido ampla atenção na bibliografia pertinente. Basta assinalar as que se referem a um dos fundamentos da teoria da modernização, como é o do papel da educação na redistribuição da renda. A evidência tem mostrado que, a despeito dos esforços desenvolvidos para a extensão do ensino, os rendimentos resultaram em disparidades ainda mais acentuadas.

De um lado, verifica-se que um mesmo nível de escolaridade não corresponde necessariamente a igual nível de renda. Deve ser

considerada, nesse particular, a influência decisiva que desempenham as condições de vida extra-escolar, tais como a nutrição, o meio e a renda familiar, o contexto cultural, a qualidade da educação formal e assim por diante.

De outro lado, cabe levar em conta condições que podem excluir do mercado de trabalho indivíduos detentores de níveis mais avançados de escolaridade. Efetivamente, limitações na oferta de trabalho fazem com que pessoal dotado de grau superior de instrução não encontre cargos e funções compatíveis com seu preparo, submetendo-se a baixas remunerações ou mesmo ao desemprego.

Esses problemas se agravam em países subdesenvolvidos que têm conferido ênfase excessiva ao ensino universitário; dadas as condições sócio-econômicas aí vigentes, grande número de graduados são levados a exercer atividades fora de sua profissão. Tal diretriz implica um número demasiado de estudantes de nível superior, relativamente ao que os gastos com

educação em geral representam no PNB. Servem de exemplo as posições do Brasil, Índia e Coréia do Sul, quando comparadas com as de certos países economicamente avançados.

No que tange aos países subdesenvolvidos, e no caso do Brasil em particular, tais características levam certamente a inferir que a quantidade dita excessiva de universitários deriva sobretudo da inadequação da formação superior para atender a novas necessidades da demanda. Não são poucos os que se referem à importância que tem assumido o mercado de diplomas de grau universitário. A proliferação de instituições de ensino superior não tem correspondido, porém, a uma formação adequada, envolvendo também a expansão de setores pouco significativos na conjuntura atual. Tal situação responde seguramente pelas distorções que se fazem presentes nos outros graus de ensino.

Desta forma, a conquista do diploma universitário resulta, muitas vezes, em frustração com

QUADRO I

Dados sobre população, educação e PNB de alguns países desenvolvidos e subdesenvolvidos

PAÍS	POP. 1978 (MILHÕES)	ENS (1) ANO INDICADO (MIL)	PNB 1978 (BILHÕES DE DOLARES)	% PNB EM EDU- CAÇÃO ANO INDICADO
E.U.A.....	219	10.105 (76)	2.200	6,6 (74)
URSS.....	269	4.854 (76)	1.200	7,5 (73)
JAPÃO.....	115	1.972 (75)	650	4,3 (71)
BRASIL.....	115	1.437 (78)	150	2,9 (69)
ÍNDIA.....	640	2.900 (75)	120	2,5 (69)
CORÉIA DO SUL.....	37	230 (76)	33	4,1 (74)

FONTE: Extraído de *Debate* — Capes, ano II, n.º 1, fevereiro 1980.

(1) ENS — Estudantes de Nível Superior.

respeito às possibilidades de ascensão nos níveis de renda. Contraditoriamente, a pressão de demanda não raro se torna superior à oferta. A mão-de-obra mais qualificada passa a ter maior valorização, o que, segundo muitos, contribui para acentuar as desigualdades na distribuição de renda, dado o diferencial de salários que se estabelece, inclusive com a força de trabalho de escolarização inferior.

É assim que J. Pastore (1976) faz referência ao fato de o desemprego estrutural no país mostrar-se mais pronunciado nos centros de maior desenvolvimento. Justamente por serem os mais aptos a comportar novas ocupações, estariam enfrentando também o problema de não encontrar oferta condizente de trabalhadores experimentados. Estabelecer-se-ia ainda uma espécie de círculo vicioso, na medida em que o tipo de industrialização baseada em tecnologias capital-intensivas não exerce papel indutor para certos progressos na educação, ao mesmo tempo que responderia, em parte, à necessidade de suprir as lacunas de mão-de-obra mais qualificada.

No entanto, essas colocações a respeito de tais formas de desemprego são criticadas por L. A. Cunha (1975), na medida em que o desemprego passa a ser identificado apenas por falta de determinado pessoal e não como resultante de características estruturais da economia. Neste sentido é que, nos anos 70, teria prevalecido a idéia oficial de que no Brasil cabia falar antes de tudo em subemprego e não em desemprego.

2.2 — O Ensino como meio de consumo coletivo

Sob esse enfoque o ensino é basicamente considerado como um dos fatores de aumento de produtividade exigido pela própria lógi-

ca do capital e que se concretiza com a urbanização.

De fato, a expansão dos meios de consumo coletivos vem certamente ao encontro de necessidades criadas pela urbanização, que se fazem indispensáveis à reprodução ampliada da força de trabalho e à adaptação da população ao próprio modo de existência urbano. A vida e o trabalho nas grandes aglomerações torna premente a demanda por bens e serviços diferenciados com vistas a reduzir o tempo de percurso entre local de atividade e de residência e com vistas a aumentar a eficiência na distribuição de determinados recursos, a atender às crescentes exigências de ensino, saúde, instalações sanitárias, além de outros.

No pensamento de Lojkin... (1977), a expansão dos meios de consumo coletivos corresponde à dissociação criada pelo capital entre condições gerais de produção, diretamente ligadas à reprodução do capital, e condições gerais de produção diretamente ligadas à produtividade da força de trabalho que não implicam, porém, rentabilidade. Estabelecem, portanto, nexos indiretos com o capital.

I — A partir dessa idéia, os meios de consumo coletivos são reconhecidos exatamente como meios, na medida em que correspondem a *valores de uso que não se cristalizam em objetos materiais particulares*. Destinam-se, antes de tudo, a produzir *efeitos úteis ou serviços* que vão ser consumidos socialmente, tais como instituições de ensino, hospitais, transporte coletivo.

O caráter dos meios de consumo coletivos é, deste modo, necessariamente complexo e indivisível, investindo-se de um valor de uso que nada tem a ver com a apropriação individual do produto. Distintamente dos meios de consumo individuais, o valor de uso

específico dos meios de consumo coletivos envolve a permanência das instalações físicas por prazos relativamente longos, além de implicar lenta rotação e baixa rentabilidade do capital, já que se voltam para o atendimento de necessidades sociais gerais. Explica-se, assim, a primazia da ação do Estado nesse particular.

Com respeito ao ensino, de modo específico, sua caracterização como meio de consumo coletivo tem certamente respaldo no fato de dificilmente prestar-se a ser concebido como mercadoria e submetido a relações de troca e de circulação. Do mesmo modo que uma organização de cultura ou de saúde, a instituição escolar não poderia ser dimensionada apenas em termos de atendimentos individuais.

A partir da idéia de seu papel no aumento da produtividade do trabalho é que Lojkin assume uma posição crítica quanto a uma falsa focalização dos problemas do ensino em termos do que significaria seu custo real ou sua utilidade. A questão fundamental para a lógica da acumulação do capital seria a de fomentar as aptidões e o desenvolvimento da força de trabalho como recurso humano orientado para fazer crescer a produtividade da empresa.

II — Mas essa mesma lógica conduz a discriminações no fomento dos meios de consumo coletivo e no seu acesso pela população. De acordo com Lojkin, qualquer organização racional e socializada do contexto urbano é impedida por obstáculos erguidos pelo capital. Trata-se basicamente:

— de restrições ao financiamento dos meios de consumo coletivos que, do ponto de vista da reprodução do capital, representariam um *supérfluo*, ainda mais por envolver geralmente aplicações a

fundo perdido, em países de economia avançada. São, portanto, despesas sujeitas à contenção, do que resulta que uns setores terão prioridade sobre outros. Em certas conjunturas, maior favorecimento caberá, por exemplo, ao ensino técnico e à pesquisa para o desenvolvimento, em detrimento da parte de saúde e de equipamentos sócio-culturais. Entende-se com isto que os setores mais privilegiados são os mais diretamente ligados ao aumento da produtividade do trabalho, no que a formação profissional adquire importância particular;

— de diferenciações no acesso aos meios de consumo coletivos em função de um valor de uso sujeito a ser alterado pelas relações sociais capitalistas, que procuram integrar os diversos setores da economia na área de mercado. Significa dizer que o valor de uso de vários meios de consumo coletivos tende a ser apropriado pela esfera privada, a partir da competição que em torno deles estabelecem diferentes agentes de mercado. Neste sentido, vale questionar sobre a natureza *indivisível coletiva* de equipamentos tais como portos e outros mais.

No tocante às restrições opostas pelo capital ao setor da educação, se, de um lado, a ideologia dominante preconizou a universalização do ensino, de outro, sua materialização efetiva deixou, no entanto, muito a desejar. Mesmo em países de capitalismo avançado, uma extensão suficientemente ampla da instrução a toda a população não chegou a se consumir.

Ácresce ainda que o sistema escolar careceu de uma orientação verdadeiramente democrática. O sistema europeu se mostrou francamente elitista sobretudo no acesso ao grau universitário, e inclinado para a segregação social, que mostra implicações com a segregação no espaço, de vez que os

investimentos e condições materiais das instituições de ensino nas áreas de residência da população mais pobre são francamente desfavorecidos. Por sua vez, o sistema escolar dos Estados Unidos, se bem que controlado pelo poder local, que procura tornar homogêneas as condições materiais e de funcionamento dos estabelecimentos e configurar o sistema em organização aberta, não escapou, igualmente, de problemas de discriminação.

III — No Brasil, objetivos de educação em massa convergiram basicamente para a erradicação do analfabetismo, problema que ideologicamente entrava em choque com a concepção do país como *potência emergente* e voltado para um rápido desenvolvimento. Esse combate se colocava, portanto, como via de integração de populações ditas marginalizadas numa sociedade orientada para a modernização. Com efeito, a alfabetização em massa se constituía em meio de despertar novos hábitos de consumo e de adquirir melhoria salarial. Mas, segundo muitos, tal movimento visou, antes de tudo, a assegurar uma oferta de força de trabalho mais adequada aos objetivos de lucro das empresas, dado o aumento de produtividade certamente proporcionado por uma mão-de-obra escolarizada que, por outro lado, não tem implicado aumento real dos salários.

Um outro objetivo de educação de massa no país diz respeito ao prolongamento da duração do ensino elementar obrigatório. Como se sabe, nas entidades de ensino do Estado, a escolarização é gratuita para a população a partir dos sete anos de idade. A Constituição de 1946 estabeleceu um prazo de quatro anos para essa escolarização, enquanto a lei de Diretrizes e Bases de ensino no 1.º e 2.º grau ... (1971) estendeu tal período para oito anos. Tais esforços também se

coadunam com a ideologia da modernização, na medida em que se pretende alcançar, desta maneira, padrões vigentes em países desenvolvidos, nos quais o tempo de instrução elementar é de dez anos, como os Estados Unidos, Inglaterra, França e União Soviética.

Conceber o ensino como meio de consumo coletivo no Brasil encontra também sua razão de ser, dada a amplitude indubitavelmente alcançada pelo sistema escolar. Como muito bem diz L. Antônio Cunha (1975), essa amplitude deve ser, porém, relacionada às características da concentração econômica em que o Estado atua como principal centralizador e fornecedor de recursos e em que o crescimento de alunos das classes médias é a clientela particularmente sensível à socialização, *segundo a cultura dominante*.

Neste sentido, também se pode concluir que, no Brasil, a concepção do ensino como meio de consumo coletivo guarda, certamente, um sentido muito mais restrito do que em nações de economia avançada. Em 1970 o número de pessoas com mais de nove anos de idade, desprovido de qualquer escolaridade, somava 24 milhões, dos quais cerca de 9 milhões eram habitantes das cidades.

Quanto à extensão do ensino elementar obrigatório para oito anos, determinado por lei, o próprio Estado tem reconhecido que é uma medida dificilmente atingível para os alunos das classes mais pobres. Revela-se, deste modo, com clareza, seu sentido discriminatório, na medida em que limita as possibilidades de inovação às classes médias e superiores da população. Compreende-se, também, a implementação da formação profissional precoce, que envolve a idéia de um sistema de escolaridade, declaradamente incapaz de chegar a termo nos ambientes das camadas menos favorecidas. Torna-se, portanto, caracte-

rizada uma instituição de ensino que apresenta diversificação de tipos e de qualidade, segundo sua destinação aos diferentes grupos sociais e que envolve necessariamente a discriminação espacial.

IV — Críticas à idéia do ensino tal como concebido na teoria dos meios de consumo coletivos referem-se, geralmente, a seu enfoque de certa forma reducionista, vinculado que é basicamente a injunções do capital. Assinala-se que o consumo, em geral, deve ser analisado em suas múltiplas facetas, que envolvem traços e heranças culturais, além das mais diversas inclinações da população.

Acresce que também cabe considerar a influência que uma escolarização, ainda que elementar, veio exercer sobre o desenvolvimento da conscientização da força de trabalho, levando-a a aumentar suas reivindicações por uma série de melhorias nas suas condições de vida.

Contudo, não se pode deixar de acentuar a importância do enfoque teórico dos meios de consumo coletivos, na medida em que se constituem em contribuição relevante para a compreensão de processos sociais que se desenvolvem com a expansão capitalista.

Alcançamos, então, a parte do trabalho em que se retorna a pontos colocados de início, com respeito aos indicadores referentes ao nível de instrução.

2.3 — Os Indicadores do nível de instrução

A partir do que foi acima exposto, serão fixados certos pontos de vista como referência para as justificativas específicas dos indicadores que se vai abordar nessa parte do trabalho.

I — Assume-se que as variações nos rendimentos não dependem apenas do nível de instrução. Já antes foi comentado que as próprias circunstâncias do mercado

devem ser levadas em conta a partir das condições de oferta e de demanda que se estabelecem para as diferentes profissões. Neste sentido, chega a ser válido concluir que o processo de instrução, devido aos custos que envolve no seu transcurso, resulta freqüentemente em redução de renda, antes que em acréscimo efetivo (Rossi, W. G., ... 1978). Igualmente se assume como questionamento o fato de o serviço educacional proporcionar transferência efetiva de renda real. No Estado de São Paulo, por exemplo, observou-se que a expansão relativa do ensino entre 1960 e 1970 foi mais acentuada nos graus médio e superior, privilegiando, desta maneira, parcelas limitadas da população que, no entanto, detém os rendimentos mais elevados (Serra, J., 1973). Quanto ao nível primário, a extensão da rede escolar estabelecida pelo poder público é considerada ainda insuficiente e de difícil acesso à população de baixa renda.

Em resumo, admite-se que a institucionalização do ensino apresenta grandes desigualdades de qualificação e que estas se relacionam, prioritariamente, às classes de renda da população. Reconhecidamente, as camadas de poucos recursos dispõem de instrução de nível inferior, que envolve o despreparo do magistério, a redução do tempo de escolaridade e outros problemas, tais como os altos índices de evasão e de reprovação, o baixo rendimento dos alunos e o recurso a complementação do tipo curso supletivo, que não recebem suficiente valorização no mercado de trabalho. Por outro lado, como se viu, o grande número de matriculados em universidades é encarado com reservas. Não são poucos os que insistem na tecla de que não ocorreu uma expansão legítima da educação, mas sim a de uma próspera indústria do ensino.

Considera-se, assim, que a idéia de uma socialização crescente, advinda da expansão da escolaridade,

não corresponderia, de fato, a uma conquista democrática e a uma efetiva equidade social. Torna-se, portanto, discutível conceber a educação como fator independente de modernização ou como determinante institucional de mudanças sociais, segundo uma interpretação funcionalista de transformação da história.

Muito mais cabível seria considerar que o sistema educacional do país está adaptado ao modelo econômico e social vigente, com vistas à preparação da força de trabalho para assegurar a produtividade de um regime, definido como neocapitalismo em pronunciamentos oficiais. A qualificação profissional ganha, assim, relevo particular, destinada que é a uma *civilização do trabalho*. Este o sentido da versão preliminar do Plano Setorial de Educação e Cultura (1975-1979), na qual se procurou dar ênfase à promoção de determinadas carreiras, consideradas mais adequadas ao crescimento econômico do país (Garcia, P. B., 1978).

Acresce ainda que os objetivos da educação tem igualmente respaldo na teoria da modernização, na medida em que se pautam por padrões vigentes em áreas do capitalismo avançado, padrões esses que implicam a idéia de finalidade, como seria a de um todo integrado em escala mundial. No dizer de P.

Singer (1977), o setor serviços nos Estados Unidos pôde registrar a elevada produtividade de 20.000 dólares por pessoal ocupado, em função do nível de qualificação da força de trabalho e do grau de capitalização exigidos pelo avanço tecnológico naquela área.

A concretização desses objetivos depara-se, porém, com problemas que são pertinentes às condições de país subdesenvolvido, cujas características marcantes são a elevada concentração da riqueza e a instabilidade e precariedade do emprego. Verifica-se, assim, que a incorporação efetiva de iniciativas sociais na prática do planejamento, como escolas e hospitais, tem-se mostrado ainda insuficiente. Segundo muitos, até a década de 60, tratava-se de setores manipulados predominantemente por interesses político-eleitorais e por favoritismos, só posteriormente se definindo a preocupação de orientá-los com vistas a assegurar elevadas taxas de rentabilidade ao sistema.

Já se fez referência à limitada participação que o setor educacional acusa no PNB nacional. A comparação com outros países americanos torna esse fato ainda mais flagrante, malgrado o caráter rudimentar do indicador, já que envolve aqui diferentes valores monetários e diferentes montantes do produto nacional bruto.

QUADRO II

Recursos de educação no PNB de países selecionados

PAÍSES (ANO)	RECURSOS DE EDUCAÇÃO % PNB
Brasil (1974)	2,9
México (1974)	3,2
Argentina (1974)	4,0
Venezuela (1973)	5,3
Canadá (1974)	7,6

FONTE: *Statistical Yearbook*, ONU, 1976.

Acresce que o desenvolvimento do país implicou a criação de número considerável de novos empregos, mas de qualificação inferior e baixo *status*. Deste modo, o contingente de pessoal não adestrado aumenta muito mais do que o da mão-de-obra especializada. Explicam-se, assim, diferenças de produtividade não só entre gêneros como entre setores de um mesmo gênero de indústria.

Parece, pois, não haver exagero em apontar que o contexto educacional do país se reveste de grande ambigüidade. De fato, documentos oficiais sobre educação referem-se à dominância de objetivos voltados para a eficiência econômica, mas acenam, ao mesmo tempo, para a possibilidade de opções livres e individuais. Ambigüidades se caracterizam igualmente na espécie de dualidade que permanece no setor educacional do país e que tem raízes estruturais. Entende-se com isto que, apesar das modificações introduzidas no ensino, a partir do desenvolvimento urbano-industrial, envolvendo a ideologia da comunidade e da integração nacional, mantém-se ainda uma estrutura que tem, num dos pólos, a instrução básica, limitada à aprendizagem elementar e, em outro pólo, a educação seletiva, voltada para grupos de liderança potencial da vida da nação.

II — Essas observações servem de base às hipóteses e indicadores apresentados no trabalho. Convém repetir que, explicitamente, a variável empregada se refere à educação formal dimensionada por estoques da população representados por faixas etárias. Reconhecendo embora que o setor educacional deva ser examinado à luz de um complexo de determinantes sócio-econômicas, utilizou-se apenas e, por

ora, sua relação com os rendimentos mensais da PEA.

Como foi dito antes, nessa parte do trabalho, vai se tratar dos indicadores que figuram no modelo explicativo já comentado, que foi operacionalizado através da análise de trajetória. O exame das condições de instrução baseada em cinco variáveis é matéria do texto específico na parte II do estudo.

No caso presente tem-se que um dos indicadores se refere a parcelas mais jovens dos habitantes, envolvendo o grupo de 12-14 anos com curso elementar completo. Considerou-se a educação como função da renda, implicando a idéia de dependência daquela população aos rendimentos dos pais ou da família. Tal hipótese, que foi desenvolvida na parte II do trabalho, se apóia na concepção do ensino como consumo.

Já o outro indicador, que diz respeito à população adulta com nível de instrução médio ou superior, se caracterizou como representativo da estrutura produtiva, influenciando nas condições de rendimento da população economicamente ativa. À primeira vista, poder-se-ia pensar numa contradição com as referências assumidas anteriormente, quanto ao posicionamento da educação no contexto social.

No entanto, essa colocação não significa assumir a educação como variável independente e explicativa de diferenças sociais. Sem desprezar a influência de fatores não econômicos, considera-se que, efetivamente, níveis mais avançados de instrução decorrem, sobretudo, de condições da renda, tomada no sentido amplo⁵. Mas o que se está assumindo é que determinados níveis de escolaridade podem ter papel destacado nos rendimentos men-

⁵ Vale a pena lembrar que o conceito de renda abrange o somatório de diferentes formas de remuneração dos fatores terra ou instalações, trabalho, capital e capacidade empresarial, compreendendo, respectivamente, aluguéis, salários, juros e lucro.

sais da PEA, em determinadas conjunturas.

Em outras palavras, admite-se que os indicadores do nível de instrução, tais como apresentados no modelo explicativo já referido, correspondem tanto a um insumo social quanto a um produto social. Significa dizer que a educação é, deste modo, reconhecida como uma das bases institucionais do processo produtivo, devendo ter como consequência a elevação do nível de vida da população ⁶.

Essa premissa encontra certamente apoio empírico na conjuntura nacional referente particularmente ao período 1960/70. Em verdade, não é demais afirmar que . . . 1970 representou, de certo modo, um marco no contexto educacional do país.

Com efeito, o grau de complexidade já alcançado pela estrutura produtiva reclamava, certamente, uma demanda de mão-de-obra mais diferenciada. A um tempo defrontavam-se, então, a herança da deficiente oferta de ensino da década de 50, como observa Pastore, fazendo o treinamento no estabelecimento compensar o baixo nível de escolaridade do trabalhador, e o considerável aumento de uma força de trabalho egressa da universidade, como apontam P. Malan e J. Wells (1973).

Neste sentido, parece válido afirmar que as condições já comentadas a respeito da proliferação de fábricas de diplomas e da saturação do mercado para pessoal graduado se avolumaram a partir de 1970. Cabe também lembrar que a legislação concernente à fusão de tipos de ensino elementar e médio existentes no país, visando à possibilidade de habilitação para o trabalho em graus inferiores de escolaridade, é de 1971.

Portanto, forçoso é reconhecer que, entre 1965 e 1970, determinadas profissões se constituíram, efetivamente, em fator de elevação salarial. Vale assinalar que a expansão de certos setores do terciário veio ao encontro de novas necessidades criadas pela indústria, a exemplo dos serviços de publicidade e venda, de escritórios especializados em projetos, além de atender também ao crescimento de grandes empresas estatais e do setor financeiro. Deve ser também assinalado o papel crescente que agências de recrutamento de pessoal especializado, sobretudo para o setor privado, passou a exercer nesse particular. Tem-se, assim, elementos que reforçam aquela hipótese do nível médio e superior de instrução da população adulta ser então tomado como uma dimensão da própria estrutura produtiva, isto é, como um de seus requisitos naquela conjuntura. Neste sentido, é preciso considerar também que novas ocupações, detentoras de níveis altos de remuneração, se constituíram, por sua vez, em fator de concentração da renda.

Vale então sublinhar a idéia de que o desemprego aberto se caracteriza principalmente nas maiores aglomerações urbanas do país, em geral, e não apenas nos centros mais desenvolvidos. Em pesquisa realizada pelo ETENE (BNB) nas áreas metropolitanas do Nordeste constatou-se que, nelas, as condições de trabalho e os níveis de renda são superiores aos da região como um todo. A elevada proporção de 38% de desemprego aberto não devia ser, porém, atribuída a consequências da migração, mas à maior qualificação exigida no recrutamento da mão-de-obra urbana, em comparação com o que ocorre no meio rural ⁷.

⁶ No entanto, é preciso considerar que a redução constante dos salários reais impede uma avaliação do custo da educação na reprodução da força de trabalho.

⁷ Fonte: *Jornal do Brasil* (04-03-1979).

Por fim, cabe aludir ao significado que se atribui à representação do nível de instrução quanto às unidades de observação em análise, isto é, quanto ao universo de centros urbanos considerado. Alcançamos, então, o trecho do trabalho em que será abordada essa configuração espacial.

3 — CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS CONDIÇÕES DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO

O comentário a respeito apoiar-se-á, basicamente, no cotejo entre a posição dos centros tanto nos dois indicadores que figuram no modelo explicativo como no indicador global, resultante da operacionalização de cinco variáveis, que consta em texto específico. Tal comparação pode ser acompanhada nos quadros III, IV e V, que se referem às diferentes situações em que se encontram os aglomerados urbanos, segundo os diferentes indicadores. Mais uma vez, cabe lembrar que essas situações compreendem categorias de precariedade, intermediárias e favoráveis.

I — O indicador da população com 25 anos e mais, dotada de curso médio ou superior completo, constitui o ponto de partida, já que é tomado como fator que, junto ao da base econômica dos centros, tem influência nos rendimentos da população economicamente ativa.

De imediato, chama a atenção o papel que a função de sede administrativa do governo estadual exerce nas posições mais destacadas dos centros. Efetivamente, é apenas nesse indicador que diversas capitais do Norte-Nordeste se posicionaram na situação favorável 1, enquanto Salvador chega a alcançar a situação favorável 2, sem falar das capitais do Centro-

Sul que se encontram na liderança, com os valores mais elevados.

Em oposição, a presença de uma atividade industrial importante não chega a alçar os centros para condições mais favoráveis. De fato, mesmo no Sudeste e no Sul, as aglomerações de Ipatinga e de Jundiaí ou as cidades de Blumenau e Joinville se encontram na situação intermediária, cuja média é de 11,56%, mas localidades como Americana ou Divinópolis figuram na situação precária 3, cuja média é de 8,51%.

A comparação entre a posição dos centros no indicador global e no presente indicador mostra, necessariamente, diferenciações sensíveis. O primeiro deles, pormenorizado na parte II, oferece uma visão mais geral, já que se reporta a condições do nível de instrução de diferentes faixas da população. O segundo indicador tem, ao contrário, caráter muito mais específico.

Desta maneira, verifica-se que no indicador global os centros do Nordeste não ultrapassam as situações intermediárias, enquanto as situações mais favoráveis tem franca dominância nas unidades do Centro Sul, levando a assinalar um *padrão paulista* e também um *padrão sulino*.

Mas o indicador nível de instrução, apontado como uma das variáveis chave no esquema de relacionamentos adotado no trabalho, revela, certamente, a evidência de determinadas características educacionais no país. Entre outras, vale destacar o papel da tradição do curso superior, cujo acesso, mais do que um preparo efetivo, representa, freqüentemente, a pretensão de *status social*, fruto de uma concepção elitista do grau universitário.

Ressalta, assim, a posição privilegiada de capitais estaduais das regiões mais atrasadas no referido indicador e também a de centros tradicionais de ensino. Vale aqui

QUADRO III

*Situações dos centros urbanos no nível de instrução
Porcentagem da população de 25 anos e mais com curso médio ou superior completo*

CENTROS URBANOS	% DA POPULAÇÃO	CENTROS URBANOS	% DA POPULAÇÃO
SITUAÇÃO PRECÁRIA 1		SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA (Conclusão)	
Petrolina-Juazeiro.....	4,6	Presidente Prudente.....	13,0
Juazeiro do Norte-Crato.....	5,1	Franca.....	11,7
Caruaru.....	4,8	Blumenau.....	11,8
Vitória da Conquista.....	4,7	Araçatuba.....	12,6
Moçoró.....	5,1 $\bar{X} = 4,52$	Araraquara.....	13,2
Teófilo Ottoni.....	5,0	Montes Claros.....	10,3
Jequié.....	4,1	Joinville.....	10,0
Alagoinhas.....	4,6	Marília.....	11,0
Sobral.....	4,8	Rio Claro.....	02,6
Santarém.....	2,4	Passo Fundo.....	11,9
SITUAÇÃO PRECÁRIA 2		Sete Lagoas.....	10,5
Itabuna-Ilhéus.....	6,8	Uruguaiana.....	11,6
Feira de Santana.....	7,2	Barbacena.....	11,0
Governador Valadares.....	7,2	Bajé.....	10,4
Lajes.....	6,4 $\bar{X} = 6,75$	Teresópolis.....	9,8
Parnaíba.....	6,3	Maringá.....	9,6
Macapá.....	7,1	Paranaguá.....	9,5
Criciúma.....	6,6	Nova Friburgo.....	1,31
Cachoeira do Sul.....	6,4	SITUAÇÃO FAVORÁVEL 1	
SITUAÇÃO PRECÁRIA 3		Recife.....	14,3
Americana.....	7,8	Fortaleza.....	14,0
Campina Grande.....	7,9	Belém.....	14,4
Campos.....	8,8	Goiânia.....	15,3
Limeira.....	8,4	Natal.....	13,7
Divinópolis.....	8,0	Florianópolis.....	15,5 $\bar{X} = 14,42$
Cachoeiro do Itapemirim.....	9,2 $\bar{X} = 8,51$	Aracaju.....	14,7
Itajaí.....	8,8	Manaus.....	14,6
Barretos.....	9,6	Maceió.....	14,3
Tubarão.....	8,5	Campo Grande.....	14,0
SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA		Santa Maria.....	14,2
João Pessoa.....	11,9	Uberaba.....	13,7
São Luís.....	13,1	São Carlos.....	14,7
Teresina.....	10,1	Poços de Caldas.....	14,5
Sorocaba.....	11,1	SITUAÇÃO FAVORÁVEL 2	
Jundiá.....	9,8	São Paulo.....	16,8 $\bar{X} = 16,25$
Barra Mansa-Volta Redonda..	12,0	Salvador.....	16,6
São José dos Campos.....	11,8	Santos.....	16,4
Guaratinguetá.....	12,8	Campinas.....	15,7
Taubaté.....	12,8	Vitória.....	16,1
Ipatinga.....	10,2	Ribeirão Preto.....	16,5
Pelotas-Rio Grande.....	11,3	Bauru.....	15,7
Londrina.....	11,7	SITUAÇÃO FAVORÁVEL 3	
Piracicaba.....	12,0 $\bar{X} = 11,56$	Rio de Janeiro.....	20,4
Uberlândia.....	12,3	Belo Horizonte.....	19,0
São José do Rio Preto.....	13,4	Porto Alegre.....	19,3 $\bar{X} = 19,18$
Caxias do Sul.....	12,3	Curitiba.....	18,6
Ponta Grossa.....	12,5	Brasília.....	20,9
		Juiz de Fora.....	18,0
		Cuiabá.....	18,1

FONTE: Censo Demográfico — 1970, IBGE

QUADRO IV

*Situações dos centros urbanos no nível de instrução
Porcentagem da população de 12 a 14 anos com primário completo*

CENTROS URBANOS	% DA POPULAÇÃO	CENTROS URBANOS	% DA POPULAÇÃO
SITUAÇÃO PRECÁRIA 1		SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA (Conclusão)	
Itabuna-Ilhéus.....	14,2	Uberaba.....	43,0
Juazeiro do Norte-Crato.....	11,6	Caxias do Sul.....	42,7
Jequié.....	14,6	Cuiabá.....	38,0
Parnaíba.....	10,5 $\bar{X} = 11,23$	Divinópolis.....	44,2
Sobral.....	9,3	Passo Fundo.....	36,5
Santarém.....	7,2	Sete Lagoas.....	46,8
SITUAÇÃO PRECÁRIA 2		Uruguaiana.....	38,4
Fortaleza.....	20,7	Cachoeiro do Itapemirim.....	40,8
João Pessoa.....	23,7	Barbacena.....	47,1
Teresina.....	18,6	Bajé.....	36,3
Petrolina-Juazeiro.....	17,0	Paranaguá.....	44,8
Campos.....	22,5	Criciúma.....	42,5
Feira de Santana.....	19,8		42,5
Caruaru.....	22,8	SITUAÇÃO FAVORÁVEL 1	
Vitória da Conquista.....	15,1	Belo Horizonte.....	51,5
Moçoró.....	16,7 $\bar{X} = 19,88$	Curitiba.....	53,7
Teófilo Ottoni.....	18,6	São José dos Campos.....	51,9
Alagoinhas.....	23,6	Guaratinguetá.....	58,3
Teresópolis.....	19,5	Juiz de Fora.....	56,4 $\bar{X} = 54,82$
SITUAÇÃO PRECÁRIA 3		Ponta Grossa.....	54,3
Recife.....	28,5	Franca.....	59,9
Salvador.....	29,1	Araçatuba.....	57,3
Belém.....	25,3	Itajaí.....	57,8
Natal.....	25,5	Poços de Caldas.....	51,7
Aracaju.....	30,4	Maringá.....	51,5
Manaus.....	26,7	Tubarão.....	53,6
Campina Grande.....	23,8 $\bar{X} = 28,45$	SITUAÇÃO FAVORÁVEL 2	
Governador Valadares.....	28,4	São Paulo.....	65,2
Lajes.....	32,5	Santos.....	61,6
Montes Claros.....	32,6	Campinas.....	65,1
Macapá.....	30,0	Sorocaba.....	67,5 $\bar{X} = 65,23$
Cachoeira do Sul.....	27,6	Jundiaí.....	65,7
Nova Friburgo.....	29,5	São Carlos.....	68,8
SITUAÇÃO INTERMEDIÁRIA		Marília.....	64,7
Rio de Janeiro.....	41,5	Taubaté.....	61,0
Porto Alegre.....	43,6	Ribeirão Preto.....	64,9
Goiânia.....	37,3	Piracicaba.....	67,0
Brasília.....	40,5	Bauru.....	66,8
Vitória.....	49,3	Presidente Prudente.....	64,7
São Luís.....	39,4	Blumenau.....	66,7
Florianópolis.....	50,1	Araraquara.....	68,2
Barra Mansa-Volta Redonda..	34,7	Barretos.....	60,6
Ipatinga.....	36,6	SITUAÇÃO FAVORÁVEL 3	
Pelotas-Rio Grande.....	37,0 $\bar{X} = 40,83$	Americana.....	74,6
Maceió.....	35,6	São José Rio do Preto.....	69,6 $\bar{X} = 71,64$
Londrina.....	42,0	Joinville.....	69,5
Campo Grande.....	37,2	Limeira.....	71,3
Santa Maria.....	35,7	Rio Claro.....	73,2
Uberlândia.....	41,0		

FONTE: Censo Demográfico — 1970, IBGE

QUADRO V

*Situações dos centros urbanos no nível de instrução
Porcentagens mínima, máxima e média das variáveis*

(Continua)

CENTROS URBANOS	Variáveis	%		\bar{X}
		Mínima	Máxima	
PRECÁRIA 1				
Sobral, Agl. Juazeiro do Norte-Crato, Jequié, Vitória da Conquista, Teófilo Ottoni, Parnaíba, Moçoró, Agl. Petrolina-Juazeiro, Agl. Itabuna-Ilhéus, Santarém, Caruaru, Feira de Santana, Alagoinhas, Agl. Teresina, Governador Valadares, Campina Grande	X ₁	15,34	47,49	31,53
	X ₂	33,2	56,9	48,66
	X ₃	7,2	28,4	16,98
	X ₄	5,29	15,70	8,74
	X ₅	0,57	3,86	1,85
PRECÁRIA 2				
Agl. João Pessoa, Macapá, A.M. Fortaleza, Agl. Natal, Teresópolis, Agl. Ipatinga.	X ₁	18,05	32,26	24,12
	X ₂	54,7	62,1	58,81
	X ₃	19,5	36,6	26,00
	X ₄	8,07	13,46	10,66
	X ₅	1,76	5,37	3,54
PRECÁRIA 3				
A.M. Recife, Lajes, Cachoeira do Sul	X ₁	13,95	26,16	18,83
	X ₂	56,4	61,8	59,33
	X ₃	27,6	32,5	29,53
	X ₄	10,93	14,23	12,80
	X ₅	2,40	4,62	3,26
INTERMEDIÁRIA 1				
Campos, Montes Claros, Agl. Aracaju, Maceió, Manaus	X ₁	13,07	29,04	21,47
	X ₂	62,1	65,9	64,02
	X ₃	22,5	35,6	29,56
	X ₄	10,80	15,36	13,59
	X ₅	2,95	4,77	4,02
INTERMEDIÁRIA 2				
Divinópolis, Criciúma, Paranaguá, Nova Friburgo, Campo Grande, A.M. Belém, Uruguaiana, Agl. Barra Mansa-Volta Redonda, Agl. Pelotas-Rio Grande, Sete Lagoas, Cuiabá, A.M. Salvador, Uberlândia, Agl. Goiânia, Tubarão	X ₁	10,24	18,17	14,13
	X ₂	60,2	71,6	65,32
	X ₃	25,3	53,6	39,26
	X ₄	11,94	16,36	13,78
	X ₅	1,88	6,28	3,48

QUADRO V

Situações dos centros urbanos no nível de instrução Porcentagem mínima, máxima e média das variáveis

(Conclusão)

CENTROS URBANOS	Variáveis	%		\bar{X}
		Mínima	Máxima	
INTERMEDIÁRIA 3				
Maringá, Londrina, Bajé, Barbacena, Itajaí, Cachoeiro do Itapemirim, Poços de Caldas, Agl. São Luís, Agl. São José dos Campos	X ₁	11,36	20,15	15,33
	X ₂	59,7	65,8	62,28
	X ₃	36,3	57,8	46,50
	X ₄	14,01	20,97	16,88
	X ₅	2,33	5,13	3,93
FAVORÁVEL 1				
Agl. Brasília, Ponta Grossa, Barretos, Agl. Guaringuetá	X ₁	6,94	14,78	11,35
	X ₂	61,4	63,3	62,32
	X ₃	40,5	60,6	53,42
	X ₄	11,7	17,43	15,32
	X ₅	3,48	6,49	4,54
FAVORÁVEL 2				
Araçatuba, Agl. Jundiá, Santa Maria, Uberaba, A.M. Rio de Janeiro, Agl. Vitória, A.M. Belo Horizonte, Limeira, Joinville, Passo Fundo, Franca, Agl. Americana, Agl. Santos, Agl. Sorocaba, Agl. Taubaté, A.M. São Paulo, Juiz de Fora, A.M. Porto Alegre, Blumenau.	X ₁	6,20	17,56	12,38
	X ₂	59,7	69,4	64,69
	X ₃	35,7	74,6	56,72
	X ₄	13,80	21,82	17,49
	X ₅	2,38	7,89	4,66
FAVORÁVEL 3				
Agl. Florianópolis, Marília, Caxias do Sul, Agl. Campinas, Piracicaba, Presidente Prudente, Rio Claro, Araraquara, Ribeirão Preto, Bauru, A.M. Curitiba, São José do Rio Preto, São Carlos	X ₁	8,29	15,42	11,95
	X ₂	62,2	68,5	64,17
	X ₃	42,7	73,2	63,03
	X ₄	16,46	25,17	21,58
	X ₅	4,42	7,46	5,94

FONTE: Censo Demográfico — 1970, IBGE

NOTA: Percentuais mínimos e máximos e médias das variáveis relativas a cada uma das situações do indicador global

X₁ — % da população urbana de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever

X₂ — % da população de 5 a 11 anos cursando o primário ou elementar

X₃ — % da população de 12 a 14 anos com o primário completo

X₄ — % da população urbana de 15 a 19 anos com curso médio completo

X₅ — % da população urbana de 20 anos e mais com o curso superior completo ou cursando o superior.

menção a São Luís, cujo passado cultural responde, certamente, por um posicionamento superior até ao de centros de regiões mais adiantadas economicamente, em flagrante contraste com as cidades do próprio estado. Pode-se, deste modo, deduzir que é particularmente no Norte-Nordeste que mais se caracteriza a concepção elitista do ensino e a concentração de recursos educacionais nas capitais.

O posicionamento inferior de diversos aglomerados, nos quais a indústria é a atividade dominante, leva a conjecturar sobre seu papel na modernização do ensino. Parte-se da idéia de que deve contribuir principalmente para a estruturação de níveis técnicos de instrução, em oposição a condições tradicionais de graus mais avançados de escolaridade, despidos, freqüentemente, de significado cultural e profissional efetivo. Acresce que, dado o caráter mais recente da expansão da indústria em vários centros, pode-se conjecturar que em 1970 não teria havido ainda condições de maior impulso ao nível de instrução superior nos mesmos.

Em que pese às posições privilegiadas dos principais centros paulistas, que aliam importância industrial à das atividades terciárias, verifica-se que, contudo, não figuram na situação favorável 3, cuja média é superior a 19%. Torna-se, deste modo, patente o papel que a função primordial de centros de serviços representa no posicionamento mais privilegiado quanto ao nível de instrução da população adulta. Trata-se tanto da ex-capital da República como da atual sede administrativa do país e ainda de unidades que preservaram condições tradicionais, seja devido a baixos incrementos demográficos entre 1960 e 1970, seja devido a de-

terminadas posições geográficas como Juiz de Fora e Cuiabá.

Essas considerações levam a questionar a valoração das referidas condições de ensino, isto é, da população adulta com curso médio ou superior completo, como instrumento de ascensão social, pelo menos quanto ao aspecto da renda, para todos os centros urbanos do país. Recorrendo à posição dos aglomerados nos rendimentos mensais da população economicamente ativa que figura em tabelas da parte II, pode-se verificar que nem sempre há compatibilização com a posição exibida no presente indicador do nível de instrução⁸. Significa dizer que centros nele alocados em situações favoráveis não apresentam necessariamente condições mais privilegiadas em rendimentos, o que faz pensar tanto na possibilidade de recursos humanos desperdiçados quanto na falta de qualificação ou inadequação dos cursos.

A comparação do papel que determinadas ocupações técnicas e científicas detêm em estado como o Maranhão e São Paulo, é, em si mesma, bastante expressiva. Efetivamente, a observação do quadro 6 revela, desde logo, a superioridade das ocupações selecionadas na unidade bandeirante, mesmo em termos de percentuais sobre os totais. As diferenças se mostram, porém, ainda mais significativas, quando se verifica a repartição daquelas ocupações em atividades nas quais tiveram participação mais expressiva, a saber: atividade industrial, administração pública, outras atividades.

Evidencia-se, em primeiro lugar, o cunho paternalista que se caracteriza no Estado do Maranhão, dado o espaço ocupado pelo emprego público na absorção das

⁸ Não se trata do mesmo indicador (população de 25 anos e mais com curso médio e superior completo), mas da população de 20 anos e mais com curso superior completo e cursando o grau superior.

ocupações selecionadas. Em São Paulo avulta, porém, o papel da indústria e o de outras atividades, nas quais tem lugar a importância das profissões liberais. A distinção entre o caráter tradicional e moderno de ocupações classificadas do mesmo modo no censo, torna-se, assim, evidente, merecendo particular destaque a posição que uma ocupação como a de Direito detém nas atividades de um e outro estado.

II — Por sua vez, a análise do indicador que se refere, especificamente, à percentagem da população de 12-14 anos com primário

completo, o qual foi estabelecido como função da renda, leva a confirmar o que se disse antes a respeito do papel da indústria nas condições de ensino.

De imediato, pode-se notar que centros posicionados até em situações de precariedade no indicador chave do nível de instrução, isto é, no que diz respeito à população de 25 anos e mais com curso médio ou superior, a exemplo de Americana, Limeira ou Barretos, se encontram nas situações mais favoráveis quanto ao presente indicador. Efetivamente, nas duas primeiras cidades os percentuais chegam a superar os 70%.

QUADRO VI

Ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins: posições dos Estados do Maranhão e São Paulo em 1970 em itens selecionados

OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E AFINS:	MARANHÃO							
	Totais	% Total	Total na ati- vidade indus- trial	%	Total na adm. pública	%	Total em outras ati- vidades	%
Engenheiros.....	181	2,57	103	56,91	51	28,18	13	7,18
Advogados e Defensores Públicos.....	281	3,98	—	—	167	59,43	98	34,88
Matemáticos, Sociólogos e outros especialistas em ciências afins.....	124	1,76	—	—	61	49,19	16	12,90
TOTAL.....	7.052							

OCUPAÇÕES TÉCNICAS, CIENTÍFICAS, ARTÍSTICAS E AFINS:	SÃO PAULO							
	Totais	% Total	Total na ati- vidade indus- trial	%	Total na adm. pública	%	Total em outras ati- vidades	%
Engenheiros.....	16.843	8,31	11.945	70,92	1.322	7,85	2.721	16,16
Advogados e Defensores Públicos.....	12.692	6,26	740	5,83	2.219	17,48	9.285	73,16
Matemáticos, Sociólogos e outros especialistas em ciências afins.....	9.334	4,61	3.283	35,17			3.903	41,81
TOTAL.....	202.690							

FONTE: Censo Demográfico — 1970, IBGE.

NOTA: Excluído Professores e Funções Auxiliares.

Em contrapartida, capitais do Norte-Nordeste, que no indicador chave estavam na situação favorável 1, figuram em situações de precariedade, quando se trata da população infanto-juvenil com primário completo.

O papel da indústria no melhor posicionamento dos centros quanto ao indicador em questão refere-se, porém, a unidades do Sudeste-Sul. Nas situações mais favoráveis prevalecem cidades industrializadas que compõem o *padrão paulista*, a que se acrescentam Blumenau e Joinville, entre outras. Efetivamente, as médias aí registradas, de quase 55% a mais de 70% da população de 12-14 anos com primário completo estão distantes das de outros centros industriais que se encontram na situação intermediária e mesmo na de precariedade. Basta comparar a posição de Tubarão, na situação favorável 1, com a de Macapá, na precária 3, ambos especializados no extrativismo mineral. Por sua vez, mesmo centros da região Sudeste especializados na siderurgia, como as aglomerações de Barra Mansa—Volta Redonda e de Ipatinga, figuram na situação intermediária.

Cabe ainda salientar que o papel da indústria na posição mais privilegiada de certos centros, no presente indicador, se torna mais evidente quando se compara sua colocação no já mencionado indicador global. Verifica-se, assim, que, neste último, tanto a aglomeração de São José dos Campos como o núcleo de Tubarão se alocaram em situação intermediária. Já no indicador da população infanto-juvenil com primário completo ambos figuram na situação favorável 1, enquanto a aglomera-

ção de Ipatinga nele aparece em situação intermediária, mas na de precariedade, com respeito ao indicador global.

Além do papel da indústria, o indicador em questão colocou igualmente em pauta a influência de outros fatores no posicionamento dos centros naquelas diferentes situações:

— o ensino técnico e científico renomado, que tem expressão no Estado de São Paulo, vindo a caracterizar também o *padrão paulista*, já que centros dotados de determinadas especializações naquele campo, como Piracicaba, Rio Claro, Ribeirão Preto, São Carlos e São José dos Campos se encontram nas situações favoráveis. Esse fator pode ser igualmente estendido à tradição educacional que assegura a centros como Santa Maria, Barbacena ou São Luís uma situação intermediária quanto ao indicador em pauta. Causa, portanto, estranheza a posição de Campos que, apesar do aparato material de suas antigas instituições de ensino, se encontra em situações de precariedade em ambos os indicadores aqui analisados, não ultrapassando a intermediária 1, mesmo no indicador global⁹.

Outros fatores contribuem, porém, para inferiorizar a posição dos centros nas situações do nível de instrução:

— o peso de trechos metropolitanos pauperizados, que se faz notar particularmente na colocação das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre e ainda de Brasília em situação intermediária, no indicador da escolarização da população de 12-14 anos quando essas mesmas unidades figuram em situação fa-

⁹ Cabe levar em conta a grande extensão do município nessa caracterização. A análise dos dados a nível do distrito-sede poderia talvez alterar a referida posição de Campos. Não obstante, as condições de instrução assim expostas trazem à evidência a gravidade da mais importante área açucareira do norte fluminense.

voráveis no indicador global. De fato, tomando como ilustração a população favelada, a metrópole carioca apresenta um contingente muito superior ao da metrópole paulista, com mais de 1 milhão e meio, contra cerca de 500.000 pessoas nessa última. Acresce ainda que chama particular atenção o posicionamento de centros da vizinhança imediata da área metropolitana do Rio de Janeiro, como Teresópolis e Nova Friburgo, ambos em situação de precariedade, o que não se verifica em torno da área metropolitana de São Paulo. O peso desse fator também se manifesta, certamente, na já mencionada inclusão de metrópoles e capitais do Norte-Nordeste em situações de precariedade, cujas médias situam-se no intervalo de aproximadamente 20% a 28% de população juvenil com primário completo.

— um outro fator se refere à influência do incremento demográfico que, quando intenso, pode contribuir para o agravamento das condições de ensino, a exemplo das aglomerações de Brasília e de Ipatinga, às quais se soma o caráter ainda recente da implantação dos equipamentos pertinentes. Em contrapartida, um crescimento populacional moderado ou pouco expressivo, no período 1960-1970, pode ter concorrido para um melhor posicionamento de determinadas cidades tradicionais, como Juiz de Fora, Ponta Grossa ou Barretos.

Vale, porém, alertar que o fator incremento demográfico intenso entre 1960-1970 deve ser relativizado. A aglomeração de São José dos Campos teve considerável crescimento populacional no período, mas se posicionou numa situação favorável, conforme apontado antes. O mesmo se pode afirmar a respeito da pressão de migrantes sobre o sistema educacional. Basta lembrar que, em

1970, enquanto em Pernambuco e no Piauí o analfabetismo de pessoas com 15 anos e mais alcançava, respectivamente, 50,3% e 60,8%, no Estado de São Paulo, onde o afluxo migratório para a área metropolitana foi considerável, aquele percentual atingiu a 19,1%.

A configuração espacial das condições de ensino trouxe à evidência a grande desigualdade entre os centros urbanos do universo considerado. Vale observar que a conjugação dos dois indicadores aqui tratados manifesta-se em padrões cuja composição relativa aproxima as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro, de Porto Alegre e Brasília das aglomerações do Norte-Nordeste, na medida em que se caracterizam pelos baixos contingentes de população infantil com curso elementar completo e pelas posições mais favoráveis quanto à população adulta com curso médio ou superior.

Essas colocações fazem conjecturar até que ponto aquelas unidades do Centro-Sul não estariam representando um nível intermediário no contexto espacial do ensino no país. Parte-se da idéia de que nelas tem lugar um complexo de fatores que tanto se referem à presença de um ensino superior mais qualificado, em termos técnicos e científicos, quanto a uma considerável presença de faculdades de fins meramente comerciais e de baixo nível cultural. Nelas também têm lugar cursos de ensino elementar que não chegam a ser completados por grandes parcelas da população infantil.

Cabe também assinalar que as condições de educação focalizadas nos diferentes centros urbanos devem ser vistas como um aspecto da capacidade distributiva da aglomeração ou cidade e como *proxy* de seu montante de recursos humanos e financeiros que, certamente, refletem determinado potencial local de decisão. Situações

de precariedade, nesse particular, evidenciadas num elevado grau de evasão escolar no curso primário, por exemplo, colocam em pauta custos sociais elevados em face dos investimentos aí aplicados. Por outro lado, a formação de novo capital social que não venha a encontrar viabilidade de realização levanta, igualmente, a problemática dos custos, dadas as distorções e desperdícios que implica, necessariamente.

Em face da gravidade do problema educacional no país, não são poucas as críticas endereçadas ao sistema de distribuição dos recursos e aos subsídios educacionais, via abatimentos no imposto de

renda e outros, que terminam por beneficiar as classes mais favorecidas. Neste sentido, tem-se procurado enfatizar a necessidade de descentralização efetiva dos níveis de ensino e de conceder maior autonomia à esfera estadual. Sublinha-se, portanto, a importância de prover uma distribuição de recursos para a educação que leve em conta não só as diferenciações de renda como as diferenciações regionais.

Segue-se, então, a parte do trabalho que se constitui no comentário específico sobre o chamado indicador global do nível de instrução.

PARTE 2

ANÁLISE DAS VARIÁVEIS E DO INDICADOR FINAL DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO¹⁰

Estudiosos do problema da educação costumam traçar um paralelismo entre as pirâmides de idade, a escolar e a de rendas. Cupertino (1978) explicita que *nos três casos a "ascensão" é altamente seletiva, havendo um perfeito paralelismo entre o acesso extremamente reduzido aos segundo e terceiro graus e às faixas de renda média e alta, por um lado, e entre a enorme evasão escolar a partir do 1.º grau e taxas de mortalidade muito elevadas para a grande maioria da população, reveladas pelo desproporcional peso relativo e absoluto de crianças em comparação com adultos por outro.*

Embora sejam aqui focalizados somente alguns aspectos da educação denominada formal, através da análise de variáveis e de um

indicador final referente a nível de instrução, deixa-se claro que a educação no seu sentido amplo extravasa os limites da escola. O conceito global de educação permanente refere-se a um processo contínuo de reestruturação pessoal e de progressivo ajustamento ao meio social.

Cinco variáveis relativas a nível de instrução foram aqui utilizadas:

X₁ — % da população urbana de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever (foi escolhida a população urbana, pois se está mais interessado na influência que a mesma pode ter sobre a PEA urbana).

X₂ — % da população de 5 a 11 anos cursando o curso elementar ou primário.

¹⁰ Os dados absolutos pertinentes às variáveis de nível de instrução e de rendimento foram obtidos através do Censo Demográfico — IBGE — 1970.

X_3 — % da população de 12 a 14 anos com curso primário completo.

Em X_2 e em X_3 a população focalizada foi a total do município, dada a maior difusão deste tipo de ensino.

X_4 — % da população urbana de 15 a 19 anos com curso médio completo.

X_5 — % da população urbana de 20 anos e mais com curso superior completo ou cursando o superior.

Em X_4 e X_5 levou-se em conta o fato da oferta deste tipo de ensino ser feita nos centros urbanos.

Ao se analisar essas variáveis pertinentes a nível de instrução, pretende-se a comprovação ou não das seguintes proposições:

1) para os grupos etários mais jovens, o nível de instrução seria uma função da renda da população adulta.

$$N_I = f(R)$$

2) para a população adulta, a renda monetária seria uma função do nível de instrução:

$$R = f(N_I)$$

onde R = rendimento e N_I = nível de instrução.

A metodologia aplicada foi a de Allman *et alii* (1964) que exige, de início, dois requisitos das variáveis selecionadas:

— possuir uma distribuição próxima da normal.

— demonstrar correlação significativa entre si.

A metodologia desenvolvida repousa basicamente no cálculo dos *scores* padronizados das unidades de observação em um conjunto de variáveis consideradas pertinentes para o estudo, e na combinação dos diversos *scores* obtidos para cada unidade.

As variáveis, como na pesquisa original, são representadas através de valores relativos, uma vez que todas elas podem ser expressas por

$$X_n = \frac{B_n}{A_n} \times 100.$$

onde: A = população (urbana ou total, conforme o caso) de uma determinada faixa etária.

B = população da faixa etária A portadora de determinado nível de instrução.

n = unidade de observação.

Inicialmente procura-se uma categorização espacial das variáveis. Dadas as grandes disparidades constatadas, adotou-se o desvio padrão para uma divisão em sete grupos, segundo o critério abaixo especificado:

INTERVALO (EM δ)	GRUPO
$< - 1,5$	1
$\geq - 1,5$ a $< - 1$	2
$\geq - 1,0$ a $< - 0,5$	3
$\geq - 0,5$ a $\leq 0,5$	4
$> 0,5$ a $\leq 1,0$	5
$> 1,0$ a $\leq 1,5$	6
$> 1,5$	7

Ao se aplicar o método explicitado às variáveis relativas a nível de instrução, procura-se ressaltar aspectos significativos da estrutura espacial educacional derivada da:

a) população com etapas desse processo já concluídas.

b) população em processo educacional.

c) população não ingressa na educação formal.

As variáveis que expressam etapas já concluídas da educação

formal são capazes de refletir a conjuntura educacional num determinado corte do tempo; assim quando correlacionadas entre si ou com variáveis indicativas dos que ainda se encontram ao longo de determinado curso, funcionarão como *proxy* da evasão escolar nas diferentes etapas da educação formal.

Entre as citadas correlações sobressaem:

a) % da população de 12 a 14 anos com curso primário completo e % da população de 5 a 11 anos cursando o primário.

b) % da população urbana de 15/19 anos com curso médio completo e % da população de 12 a 14 anos com curso primário completo.

c) % da população urbana de 20 anos e mais com curso superior completo ou cursando o superior e % da população urbana de 15 a 19 anos com curso médio completo.

Tentando comprovar as proposições iniciais a respeito do condicionamento entre grau de escolaridade e nível de rendimento e entre nível de rendimento e escolarização, utiliza-se correlações lineares entre cada uma das variáveis relativas a nível de instrução com quatro faixas de rendimento mensal da PEA: a) até Cr\$ 200,00; b) de Cr\$ 201,00 a Cr\$ 400,00; c) de Cr\$ 401,00 a Cr\$ 1.000,00 e d) mais de Cr\$ 1.000,00.

1 — AS VARIÁVEIS SELECIONADAS

Antes da análise do indicador final referente ao nível de instrução obtido através da aplicação da metodologia de Allman às cinco variáveis selecionadas, e que em última instância se constitui no aspecto primordial deste trabalho, focalizou-se cada variável de per si, uma vez que o comportamento dos centros urbanos incluídos na pes-

quisa, embora se apresente similar em quase todas as variáveis, diferencia-se vez por outra no tocante a alguma delas. Isto é devido não só a condições sócio-econômicas atuais específicas como também a todo um comportamento pretérito, local e regional.

X₁ — % da população urbana de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever.

Da população de 10 anos e mais que constitui o universo da pesquisa, aquela que reside nas aglomerações urbanas (áreas metropolitanas e aglomerações abaixo do nível metropolitano) ou em municípios com cidades de 50.000 ou mais habitantes não incluídos em aglomerações, cerca de 16,22% não sabem ler nem escrever. Esta percentagem, inferior à do Brasil tomado como um todo — 32,85% quando se trata da população total de 10 anos e mais e 18,88% se considerada somente a população urbana — faz-nos concluir que nas concentrações urbanas maiores a taxa de analfabetismo se reduz.

O percentual de 16,22 quando desagregado nos três tipos de concentrações urbanas que aqui se considera sofre ligeiras modificações, cabendo às áreas metropolitanas situação pouco mais favorável, o que vem confirmar o que se afirmou acima.

Áreas metropolitanas: 15,81%

Aglomerações abaixo do nível metropolitano: 16,59%

Municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações: 17,30%

Apesar das discrepâncias inter-regionais, a mesma situação, favorável às maiores concentrações, se repete através das regiões, salvo no Sudeste, onde o grupo das aglomerações abaixo do nível metropolitano apresenta situação mais favorável.

QUADRO VII

População urbana de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever

REGIÃO	A		B		C	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Norte.....	43.757	10,24	—	—	39.608	14,10
Nordeste.....	442.108	23,59	301.278	28,21	234.109	31,90
Sudeste.....	1.496.742	15,00	241.079	12,59	294.655	15,21
Sul.....	154.429	9,78	42.779	13,28	122.527	12,22
Centro Oeste.....	—	—	75.363	11,03	20.747	13,15
Universo.....	2.137.036	15,81	660.499	16,50	711.646	17,30

NOTA: A = Áreas Metropolitanas. B = Aglomerações abaixo do nível metropolitano. C = Municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações.

É preciso, no entanto, atentar para o que representam em números absolutos os valores apresentados. Ressalta-se o fenômeno sobretudo importante da concentração urbana que se verifica nas áreas metropolitanas e, de modo especial, nas do Sudeste. A Grande São Paulo, em 1970, englobava 17,0% da população do país e 54,9% da população urbana do estado. O Grande Rio de Janeiro, por sua vez, concentrava 85,9% da população urbana do novo estado e a área metropolitana de Belo Horizonte, 44,6% da população urbana de Minas Gerais.

Calculando-se a média, o desvio padrão e o coeficiente de variação dos valores desta variável, encontra-se os seguintes resultados: $x = 17,77$; $\delta = 8,52$ e C.V. = 47,95. Apesar da média ser relativamente baixa, em se tratando de país em desenvolvimento, o desvio padrão em relação à média e o coeficiente de variação demonstram uma grande dispersão dos valores. Mas é o Nordeste que realmente se constitui (e aqui pode ser incluído o N-NE de Minas Gerais) no problema maior. As duas únicas aglomerações urbanas nordestinas que

se situam no intervalo da média são centros reconhecidamente de grande valor cultural desde os tempos da colonização: São Luís e Salvador. Todas as demais estão situadas abaixo do intervalo da média, sendo que algumas concentrações nordestinas apresentam taxas verdadeiramente alarmantes, como Sobral 45,34%, Juazeiro do Norte 47,49%, Jequié 35,53%, Vitória da Conquista 36,91%, Moçoró 36,52%. Cabe à Região Sul apresentar as menores percentagens de população urbana de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever, pois das cinco concentrações de menores taxas, quatro estão situadas nessa região: Curitiba 8,29; Caxias do Sul 9,47; Joinville 7,98 e Blumenau 6,20. A tradição cultural dos imigrantes europeus influencia nos aspectos qualitativos do contingente populacional sulino.

Um dos primeiros questionamentos suscitados, quando se examina as elevadas taxas de analfabetismo do Nordeste, é o de qual seria a relação entre as mesmas e a possibilidade de engajamento dessa população *analfabeta* na força de trabalho. Guimarães Neto (1976), em um estudo sobre o em-

prego urbano, assinala que *não deixa de ser significativo o fato de apenas 20% dos desempregados serem constituídos de analfabetos, enquanto tal proporção alcança quase metade (48,3%) para a população ocupada e cerca de 47% para a população de 5 anos e mais.*

Com base nesses dados e extrapolando-os ao universo das noventa aglomerações, pressupõe-se que a população de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever, quando engajada no mercado de trabalho, deverá forçosamente perceber ren-

dimentos incluídos na faixa de menor montante. A falta de qualificação seria, então, responsável por uma espécie de *bloqueio* que sofre considerável proporção da PEA quando se trata de atingir salários mais elevados.

Para comprovar tal suposição, correlacionou-se a variável X_1 -% da população urbana de 10 anos e mais que não sabe ler e escrever com quatro diferentes faixas de rendimento da PEA. Os resultados confirmam tal suposição.

Até Cr\$ 200 0,75	De Cr\$ 201 a 400 -0,76	De Cr\$ 401 a 1.000 -0,68	Mais de Cr\$ 1.000 -0,59
----------------------	----------------------------	------------------------------	-----------------------------

X_2 — % da população de 5 a 11 anos cursando o curso elementar.

X_3 — % da população de 12 a 14 anos com curso elementar completo.

É sabido que a eficiência interna de um sistema de ensino pode ser detectada através de sua capacidade de reter o aluno até o término do curso. E, como a evasão escolar é um dos pontos nevrálgicos da educação elementar brasileira, conclui-se facilmente a respeito de deficiências básicas do nosso sistema de ensino. Estas poderão ser detectadas através da comparação da variável X_2 — % da população de 5 a 11 anos cursando o elementar com a variável X_3 — % da população de 12 a 14 anos com curso elementar completo. Através desta última variável, X_3 , percebe-se com bastante nitidez as disparidades inter-regionais no tocante ao nível de instrução, podendo, assim, provavelmente funcionar como critério para classificação de áreas,

cujos problemas de infra-estrutura social, refletindo a conjuntura econômica, se apresentam particularmente graves. Considerando-se a dramática redução do número de matrículas entre cada ano letivo: as do segundo ano escolar representam 50% do primeiro e caem para apenas 20% no quarto ano, com a agravante de que, em 1970, para cada 1.000 alunos que ingressavam no cursó primário, 300 outros ficavam de fora, pode-se presumir que a conclusão do curso elementar ou primário na faixa etária 12 a 14 anos forçosamente reflete um certo tipo de comportamento relacionado a uma elevação dos padrões de vida ou aspirações populares para melhorá-los. Confirmam ainda mais o significado desta variável os números que se seguem: em 1969, dos 5,5 milhões de trabalhadores urbanos regidos pela CLT, 68% possuíam o grau de instrução primária.

Sanson (1976) afirma que a grande maioria da força de trabalho não possui nível educacional

compatível com as atuais perspectivas de desenvolvimento. É fácil concluir isto, uma vez que se tem na força de trabalho 36,02% de pessoas sem instrução e 49,05% possuindo apenas o curso elementar ou primário; esses dois percentuais perfazem a grande totalidade da PEA, cerca de 85,07% (dados de 1970).

Como a média obtida para a variável X_2 — % da população de 5 a 11 anos cursando o elementar pode ser considerada elevada (60,8) e o desvio padrão apresenta-se relativamente pequeno (7,0), pode-se

concluir que nas concentrações urbanas selecionadas uma proporção significativa das crianças integrantes da faixa etária 5 a 11 anos estava, em 1970, cursando o elementar (em 1970 o ensino elementar ou primário era obrigatório, tendo sido fixado em um mínimo de quatro séries a duração desse curso pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961). Quando analisada a nível regional e dos três tipos de concentração aqui focalizados, a variável demonstra homogeneidade de comportamento, cabendo a situação de maior precariedade ao Nordeste.

QUADRO VIII

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO	% DA POPULAÇÃO DE 5 A 11 ANOS CURSANDO O ELEMENTAR		
	A	B	C
Norte.....	71,6	—	61,8
Nordeste.....	62,7	56,0	51,7
Sudeste.....	66,1	64,1	62,2
Sul.....	65,7	65,1	62,7
Centro-Oeste.....	—	62,0	61,4
Universo.....	65,6	61,4	60,1

NOTA: A=Áreas Metropolitanas, B=Aglomerações abaixo do nível metropolitano, C=Municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações.

Mas, se para a variável X_2 — % da população de 5 a 11 anos cursando o curso elementar — a média e o desvio padrão foram respectivamente 60,8 e 7,0, para a variável X_3 — % da população de 12 a 14 anos com curso elementar completo — esses números se modificam para 41,9% e 18,15, o que demonstra uma situação bastante precária do todo e de grande heterogeneidade. Os valores absolutos permitem constatar melhor a gravidade da situação:

Total da faixa etária 12 a 14 anos — 2.543.720

Possuíam curso elementar completo — 1.143.579

Também nesta variável constata-se a situação menos deficiente das áreas metropolitanas quando comparada aos outros dois tipos de concentrações urbanas e, num enfoque regional, o Sudeste e o Sul encontram-se em situação mais promissora, estando o Nordeste em situação de maior precariedade.

A situação de maior precariedade do Nordeste (das 21 unidades selecionadas do Nordeste, 19 estão abaixo da média) contrasta com a do Estado de São Paulo que merece atenção especial, pois em termos de Brasil é, realmente, privilegiada: percentagem superior a 60% da população de 12 a 14 anos com o

QUADRO IX

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO	% DA POPULAÇÃO DE 12 A 14 ANOS COM CURSO ELEMENTAR COMPLETO		
	A	B	C
Norte.....	25,3	—	22,0
Nordeste.....	26,6	23,8	21,3
Sudeste.....	53,6	56,9	48,7
Sul.....	47,2	42,7	45,0
Centro-Oeste.....	—	38,8	37,6
Universo.....	47,3	42,6	40,1

NOTA: A = Áreas Metropolitanas. B = Aglomerações abaixo do nível metropolitano. C = Municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações.

curso elementar completo em todas as aglomerações (exceto três).

Merece ser destacado o que se passa no interior do grupo das *Áreas Metropolitanas*, onde são verificados grandes contrastes inter e intra-regionais. Quanto aos primeiros, basta comparar a situação SE-S e NE-N; quanto aos segundos, exemplificando com o Sudeste, as percentagens das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte são, respectivamente, 65,2%, 41,5% e 51,5%. No âmbito de cada área metropolitana predomina também uma situação de heterogeneidade. Exemplifica-se com a área metropolitana de São Paulo: enquanto municípios altamente industrializados como São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul surgem com percentagens elevadas, 67,2%, 72,8%, 68,2% e 81,6%, respectivamente, outros municípios apresentam percentagens bem mais baixas: Juquitiba 6,3%, Guararema 25,3% e Biritiba-Mirim 28,3%. No interior da área metropolitana de São Paulo é bem nítido um grupo de municípios onde são ainda pequenas as repercussões do processo de metropolização. Ressalta, assim, o papel que a industrialização desempenha na melhoria

do ensino, mormente de nível primário, uma vez que é premente a qualificação da mão-de-obra industrial.

Através da combinação das notas obtidas nas variáveis X_2 — % da população de 5 a 11 anos cursando o curso elementar ou primário e X_3 — % da população de 12 a 14 anos com curso primário completo (desde que se considere que a relação entre as duas variáveis pode funcionar como *proxy* da evasão e, conseqüentemente, também, como índice de terminalidade) e considerando-se simplesmente as posições a) em torno da média, b) superior à média e c) inferior à média, obtém-se uma espécie de tipologia capaz de refletir a intensidade da evasão escolar e que pode ser resumida em três situações mais características:

1) Unidades de observação com X_3 acima da média e X_2 igual ou superior ao intervalo da média.

Todas as unidades de observação paulistas encaixam-se neste grupo, acompanhadas de alguns centros de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

2) Unidades de observação com X_3 no intervalo da média e X_2 igual ou superior ao intervalo da média.

Neste grupo é grande o número de capitais administrativas e centros regionais de projeção, como também de aglomerações de grande destaque na atividade industrial. É o caso de Ipatinga e Volta Redonda—Barra Mansa.

3) Unidades de observação com o valor de X_3 sempre inferior ao intervalo da média e X_2 variando nas três opções.

O Nordeste aí se encaixa, com exceção de São Luís e Maceió, e o Norte também. Das demais regiões é pequeno o número de centros nesta situação.

Do quadro apresentado a seguir (quadro X), ressaltam situações que de imediato poderiam ser correlacionadas mais nitidamente à evasão escolar e de maior precariedade: $x_2 > \bar{x}$ e $x_3 < \bar{x}$; $x_2 = \bar{x}$ e $x_3 < \bar{x}$; e $x_2 < \bar{x}$ e $x_3 > \bar{x}$, principalmente as duas últimas.

QUADRO X

COMBINAÇÕES ENCONTRADAS		N.º DE AGLOMERAÇÕES					AGLOMERAÇÕES	
X_2	X_3	Total	Região					
			N	NE	SE	S		CO
$>\bar{x}$	$>\bar{x}$	8	0	0	8	0	0	Americana, São José do Rio Preto, Rio Claro, Sorocaba, Bauru, Santos, Juiz de Fora, Franca.
\bar{x}	$>\bar{x}$	24	0	0	17	7	0	São Paulo, Campinas, Jundiaí, Taubaté, Ribeirão Preto, Piracicaba, Presidente Prudente, Araraquara, São Carlos, Marília, Barretos, Belo Horizonte, São José dos Campos, Guaratinguetá, Araçatuba, Poços de Caldas, Limeira, Blumenau, Curitiba, Ponta Grossa, Itajaí, Maringá, Tubarão, Joinville.
$>\bar{x}$	\bar{x}	12	0	1	5	6	0	São Luís, Sete Lagoas, Cachoeiro do Itapemirim, Uberaba, Rio de Janeiro, Volta Redonda-Barra Mansa, Porto Alegre, Pelotas-Rio Grande, Bajé, Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul.
\bar{x}	\bar{x}	15	0	1	5	5	4	Maceió, Vitória, Ipatinga, Uberlândia, Divinópolis, Barbacena, Florianópolis, Londrina, Uruguaiana, Paranaguá, Criciúma, Goiânia, Brasília, Campo Grande, Cuiabá.
$>\bar{x}$	$<\bar{x}$	5	1	2	2	0	0	Salvador, Nova Friburgo, Campos, Aracaju, Belém.
\bar{x}	$<\bar{x}$	8	2	3	2	1	0	Manaus, Macapá, Recife, Natal, Fortaleza, Montes Claros, Teresópolis, Cachoeira do Sul.
$<\bar{x}$	$<\bar{x}$	18	1	14	2	1	0	Santarém, Jequié, Parnaíba, Sobral, Juazeiro do Norte, Ibhús-Itabuna, Vitória da Conquista, Petrolina, Teresina, Feira de Santana, Moçoró, Alagoinhas, João Pessoa, Caruaru, Campina Grande, Teófilo Ottoni, Governador Valadares, Lajes.

A clientela do ensino primário é constituída por crianças de todas as classes sociais e níveis econômicos, o que tem uma influência marcante sobre o panorama desse nível educacional, cuja produtividade baixíssima reflete os grandes problemas que o afligem: deserção imediata, elevados índices de reprovação e deserção ao longo do curso.

Embora causas como a falta de escolas, problemas de repetência, desnutrição que afeta o desenvolvimento mental das crianças influenciem poderosamente a evasão escolar, entre todas sobressai o abandono do estudo por ingresso precoce no mercado de trabalho.

X_4 — % da população urbana de 15 a 19 anos com curso médio completo.

O mesmo procedimento adotado em relação às variáveis X_3/X_2 para se detectar a intensidade da evasão escolar ao longo do curso primário foi também aqui utilizado em relação às variáveis X_4/X_3 , a fim de de que se pudesse avaliar as possibilidades dos que, ao terminar o primário, conseguiam galgar outra etapa da educação formal, o curso médio. Mas é preciso que se faça, inicialmente, duas ressalvas. Esta variável apresenta o inconveniente de abranger faixas etárias que estariam logo de saída impossibilitadas de já terem concluído o curso médio (idade mínima permitida era de 17 anos para a conclusão deste curso, dada a exigência da idade mínima de 11 anos para seu início). Mas como o erro está difundido por igual, o viés seria pouco expressivo para comparar a situação das diferentes unidades de observação. Mas, em se tratando da comparação dos percentuais referentes às duas variáveis, é preciso ter em mente que o grupo etário utilizado na variável X_4 — % da população urbana de 15 a 19 anos com curso médio completo, inclui

uma faixa etária 15 a 16 anos, na qual é ainda impossível já ter o curso médio concluído. Com isso a variável X_4 subestima o *nível de terminalidade* do curso médio, o que não ocorre com a variável X_3 em relação ao curso primário.

O comportamento desta variável no conjunto que se analisa, além de refletir a situação de precariedade geral, reflete mais uma vez, e de modo marcante, as extremas discrepâncias regionais: $X = 14,94\%$, $\delta = 4,6$ e C.V. = 31,01.

Apesar das restrições feitas através do posicionamento dos centros, surge nítida a situação de precariedade das Regiões Nordeste e Norte e a situação mais favorável do Sudeste, especificamente São Paulo, e de algumas aglomerações do Sul.

O quadro XI ressalta o papel de algumas concentrações urbanas no tocante à distribuição de serviços educacionais de ensino médio; neste caso estão todas aquelas que apresentam a variável relativa ao ensino médio (X_4) em uma posição superior à média.

Através de duas outras variáveis relacionadas a nível médio de instrução em 1970, até agora não utilizadas, pode-se concluir quanto à maior ou menor oportunidade de escolarização, pretérita e atual, neste grau de ensino. Considerando-se a variável % da população de 25 anos e mais com curso médio completo, foram encontrados os seguintes índices: $X = 9,63$ e $\delta = 3,27$, o que, sem dúvida, dá para perceber menores oportunidades num passado não muito remoto. Outra variável, já agora compreendendo a faixa etária de 15/24 anos e englobando aqueles que em 1970 cursavam o curso médio, apresenta média mais elevada, 22,89%, e um desvio padrão de 4,96. Mesmo levando-se em conta aqueles que devem ter se evadido da escola ao longo do curso, pode-se dizer que provavelmente

QUADRO XI

COMBINAÇÕES ENCONTRADAS		N.º DE AGLOMERAÇÕES					AGLOMERAÇÕES	
X ₃	X ₄	Total	Região					
			N	NE	SE	S		CO
$>\bar{X}$	$>\bar{X}$	14	0	0	11	3	0	Presidente Prudente, São Carlos, São José do Rio Preto, Marília, Ribeirão Preto, Bauru, Araraquara, Rio Claro, Campinas, Santos, Juiz de Fora, Curitiba, Blumenau, Ponta Grossa.
\bar{X}	$>\bar{X}$	11	0	0	5	6	0	Vitória, Rio de Janeiro, Cachoeiro do Itapemirim, Uberaba, Barbacena, Baje, Porto Alegre, Passo Fundo, Florianópolis, Caxias do Sul, Londrina.
$>\bar{X}$	\bar{X}	18	0	0	14	4	0	Americana, Limeira, Piracicaba, São Paulo, Sorocaba, Jundiaí, Taubaté, Barretos, Guaratinguetá, Franca, São José dos Campos, Araçatuba, Belo Horizonte, Poços de Caldas, Joinville, Tubarão, Maringá, Itajaí.
\bar{X}	\bar{X}	12	0	2	3	4	3	São Luis, Maceió, Uberlândia, Divinópolis, Sete Lagoas, Santa Maria, Uruguaiana, Paranaguá, Criciúma, Goiânia, Campo Grande, Cuiabá.
\bar{X}	$<\bar{X}$	4	0	0	2	1	1	Barra Mansa-Volta Redonda, Ipatinga, Pelotas-Rio Grande, Brasília.
$<\bar{X}$	\bar{X}	10	0	5	3	2	0	Fortaleza, Teresina, Aracaju, Campina Grande, Salvador, Campos, Montes Claros, Nova Friburgo, Lajes, Cachoeira do Sul.
$<\bar{X}$	$<\bar{X}$	21	4	14	3	0	0	Belém, Manaus, Macapá, Santarém, Feira de Santana, Recife, Natal, João Pessoa, Vitória da Conquista, Alagoas, Itabuna-Ilhéus, Juazeiro do Norte, Jequié, Parnaíba, Sobral, Petrolina-Juazeiro, Caruaru, Moçoró, Teresópolis, Governador Valadares, Teófilo Ottoni.

em 1980, por ocasião do censo, haverá um acréscimo sensível na percentagem dos portadores do 2.º grau (correspondendo então ao ensino médio completo de 1970).

Como para as demais variáveis selecionadas, a conotação social desta é bem grande; uma vez que o curso médio realmente se constituía, como ainda hoje se constitui o ensino de 2.º grau, em novo ponto de estrangulamento social. O ingresso e principalmente a sua

terminalidade refletia o *status* sócio-econômico do grupo familiar. Isto porque a primeira etapa não implicava qualquer terminalidade, nem sequer melhoria imediata nas condições de ganhar a vida, e a segunda etapa, muitas vezes, se constituía em uma outra escalada para aqueles que pretendiam o ingresso no curso superior.

Uma série de fatos concorria para transformar o ensino médio em um dos fatores de imobilidade

social. O ensino particular dominava nesse nível por ser nele muito fraca a ação do governo e o preço das anuidades elevado para a maioria das famílias. A gratuidade era insuficiente e as bolsas de estudo, em número reduzido, freqüentemente não atendiam aos que mais necessitavam. E, o que pesava mais, a renda familiar muito baixa fazia com que a população adolescente se inserisse muito cedo no mercado de trabalho.

Se a situação é bastante precária nas aglomerações urbanas que se analisa, mas que indiscutivelmente são as que apresentam melhor panorama nesse nível de escolarização, ela piora sensivelmente, chegando a ser alarmante, quando se visualiza o País como um todo.

Pelo Censo de 1970 o Brasil possuía aproximadamente 6,3 milhões de jovens entre 15 a 17 anos. Destes somente 2,7 milhões, isto é, 42,5% do total, freqüentavam a escola, mas somente 352.714 cursavam o 2.º grau, menos de 6% do total de jovens desta faixa (Garcia, 1977).

X₅ — % da população urbana de 20 anos e mais cursando o curso superior e com curso superior completo.

No Brasil o ensino superior ainda é franqueado somente a uma pequena faixa da população. É o que está refletido no universo que se pesquisa, ao se comparar as médias das variáveis relativas à terminabilidade dos diferentes graus de escolarização em 1970.

QUADRO XII

VARIÁVEL	MÉDIA
X ³ — % da população de 12 a 14 anos com curso primário completo	41,92
X ⁴ — % da população urbana de 15 a 19 anos com curso médio completo	14,94
X ⁵ — % da população urbana de 20 anos e mais com curso superior completo e cursando o superior.....	3,93

Na década de setenta o intento de acabar com os excedentes do vestibular levou a uma ampliação das matrículas do ensino superior. E isto criou problemas bastante sérios. Devido a falhas nos canais competentes, foram fundadas e reconhecidas oficialmente escolas de nível assustadoramente baixo. É notório que as mesmas oferecem um tipo de ensino com uma produtividade econômica muito baixa. O grande prestígio social de um diploma universitário é o principal responsável pelo ingresso nessas escolas.

Dadas as percentagens observadas ao longo do universo que se pesquisa, ressalta a existência de grandes variações regionais e locais, estas principalmente reforça-

das pela migração escolar. Se já é fato comprovado para alunos do curso médio (atual 2.º grau), ela é muito mais intensa para os alunos do curso superior. Os fatores responsáveis por um grande número de jovens deslocarem-se de seus municípios para cursar o superior são variados, sobressaindo a inexistência de faculdades em suas cidades de origem, a procura de uma melhor qualidade de ensino, a maior probabilidade de poder associar estudo a trabalho, a especificidade de certos cursos só encontrados em alguns centros urbanos, etc. Em alguns estados, como o de Santa Catarina, a grande migração escolar dirige-se para Florianópolis, daí a colocação que a mesma obteve na metodologia adotada. Na Bahia, o mesmo

aconteceu em relação a Salvador. De modo geral, no Nordeste, as capitais administrativas atraem os estudantes dos respectivos estados. Além das capitais, alguns centros regionais se sobressaem justamente por este particular. É o caso de Santa Maria e Passo Fundo no Rio Grande do Sul; Ribeirão Preto, Piracicaba, Bauru, São José do Rio Preto, São Carlos, Campinas,

Taubaté no Estado de São Paulo. Embora com menor intensidade, também é o caso de Campina Grande na Paraíba.

As grandes variações inter e intra-regionais, bastante flagrantes, podem ser bem percebidas no quadro a seguir que focaliza as três regiões com maior número de centros no universo pesquisado.

QUADRO XIII

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E DISPERSÃO	UNIVERSO	REGIÕES			TIPOS DE AGLOMERAÇÕES		
		NE	SE	S	ÁREAS METROPOLITANAS	AGLOMERAÇÕES ABAIXO DO NÍVEL METROPOLITANO	MUNICÍPIOS COM CIDADES DE 50.000 E MAIS HABITANTES
X.....	3,98	3,06	4,29	4,08	5,40	4,24	3,58
δ.....	1,68	1,64	1,44	1,85	0,93	1,50	1,71
C.V.....	42,90	53,52	33,69	45,47	17,35	35,50	47,89

As baixas percentagens do universo (global e regional) já foram ressaltadas; as diferenciações inter-regionais confirmam mais uma vez a situação de maior precariedade do Nordeste; e também se constata ser esta Região a que apresenta maiores contrastes internos. Pelas medidas de tendência central e dispersão apresentadas surge o Sudeste em situação mais favorável e de menores discrepâncias internas.

Quanto aos três grupos de aglomerações, fica ressaltada a melhor situação relativa das áreas metropolitanas (todas com percentagem superior à média do universo), seguidas das aglomerações abaixo do nível metropolitano e municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes. Mas isto, considerando-se o grupo como um todo, uma vez que isoladamente, alguns dos percentuais elevados foram atribuídos a integrantes do terceiro grupo, tais como Santa Maria (Rio Grande do Sul) com 7,89%, São Carlos (São Paulo) com 7,46%.

2 — O INDICADOR

Para a obtenção do indicador, a metodologia adotada preconiza dois tipos de procedimentos, distinguindo-se os mesmos pela obediência ou não aos sinais matemáticos dos escores padronizados. Na presente análise foram utilizados os dois critérios, a seguir especificados:

a) o primeiro procedimento e que para a presente análise se constitui no mais importante, objetiva classificar as unidades de observação de acordo com o padrão de nível de instrução que apresentam, identificando situações de maior precariedade, situações intermediárias e situações mais favoráveis.

Para tanto foram efetuadas as seguintes operações:

I) cálculo dos escores padronizados de cada unidade de obser-

vação em cada uma das cinco variáveis;

II) atribuição de notas às unidades de observação em cada variável, de acordo com o seguinte critério:

III) ponderação das variáveis. Atribuiu-se peso 2 à variável x_3 por ser a mesma considerada de extrema relevância;

IV) somatório dos escores obtidos por cada unidade de observa-

CLASSES	INTERVALO (em σ)	SITUAÇÃO
1	$< - 1,5$	
2	$< - 1,0$ a $\geq - 1,5$	
3	$< - 0,5$ a $\geq - 1,0$	
4	$- 0,5$ a $0,5$	
5	$> 0,5$ a $\leq 1,0$	
6	$> 1,0$ a $\leq 1,5$	
7	$> 1,5$	

ção, levando-se em conta os sinais matemáticos e a ponderação da variável x_3 ;

V) classificação das unidades de observação segundo a situação do nível de instrução: precária, intermediária, favorável (vide tabela 1);

b) o segundo procedimento objetiva identificar padrões de divergência máxima e mínima, em relação ao que se poderia considerar como um padrão médio do nível de instrução, dentro do universo estudado.

Consistiu nos seguintes passos:

I) cálculo dos escores padronizados para cada uma das unidades de observação das cinco variáveis relativas a nível de instrução;

II) somatório dos valores absolutos destes escores, ou seja, somatório dos escores obtidos por cada unidade de observação em cada uma das variáveis sem se levar em conta os sinais matemáticos;

III) posteriormente foram calculados a média e o desvio padrão deste somatório e estabelecidas cinco categorias, de acordo com o que se segue.

CATEGORIAS	INTERVALOS (em σ)	GRAU DE DIVERGÊNCIA
1	$< - 1$	mínima
2	$- 1$ a $< - 0,5$	pequena
3	$- 0,5$ a $0,5$	moderada
4	$> 0,5$ a 1	grande
5	> 1	máxima

TABELA 1

(Continua)

IDENTIFICAÇÃO	SITUAÇÃO DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Σ DOS SCORES PADRONIZADOS COM PONDERAÇÃO DA VARIÁVEL	NOTAS OBTIDAS PELAS VARIÁVEIS					PERCENTUAIS					INDICADOR DE DIVERGÊNCIA	NÍVEL DE RENDA	
			X ₃	X ₁	X ₂	X ₃	X ₄	X ₅	X ₁	X ₂	X ₃	X ₄			X ₅
Sobral.....	P ₁	—13.770	1	1	1	1	2	45,34	33,2	9,3	7,10	1,66	5	P ₁	
Juazeiro do Norte-Crato.		—12.619	1	1	1	1	2	47,49	40,5	11,6	7,63	1,67	5	P ₁	
Jequié.....		—11.501	1	1	1	1	1	35,42	38,1	14,6	7,82	1,11	5	P ₁	
Vitória da Conquista...		—10.554	1	1	2	2	1	36,82	42,1	15,1	9,47	1,34	5	P ₂	
Teófilo Ottoni.....		—10.140	1	1	2	1	2	30,83	41,0	18,6	6,02	1,72	5	P ₁	
Parnaíba.....		—10.017	1	1	1	1	1	31,94	49,7	10,5	7,25	1,13	5	P ₁	
Moçoró.....		— 8.350	1	2	2	1	2	36,39	53,2	16,7	7,35	1,96	5	P ₁	
Petrolina-Juazeiro.....		— 8.374	2	1	2	1	2	27,52	48,9	17,0	7,75	1,93	5	P ₂	
Itabuna-Ilhéus.....		— 8.272	2	2	1	1	3	29,07	50,4	14,2	7,23	2,55	5	P ₂	
Santarém.....		— 8.200	4	3	1	1	1	15,34	56,7	7,2	5,29	0,57	5	P ₁	
Caruaru.....		— 7.170	1	3	2	1	2	33,63	56,9	22,8	7,74	2,09	4	P ₁	
Feira de Santana.....		— 6.869	3	2	2	3	1	25,82	53,1	19,8	10,91	1,36	4	P ₂	
Alagoinhas.....		— 6.345	3	3	2	2	1	24,00	54,5	23,6	10,21	1,10	4	P ₂	
Teresina.....		— 5.370	2	2	2	4	4	30,17	51,4	18,6	15,70	3,64	3	P ₂	
Governador Valadares.....		— 5.351	3	3	3	2	2	22,78	53,9	28,4	9,43	2,07	3	P ₃	
Campina Grande.....		— 5.019	1	3	3	4	4	31,99	55,0	23,8	12,70	3,88	3	P ₂	
João Pessoa.....	P ₂	— 4.734	1	3	2	2	5	32,26	54,7	23,7	10,27	5,37	4	P ₂	
Teresópolis.....		— 4.716	3	4	2	3	3	22,06	58,7	19,5	12,39	2,43	3	P ₃	
Macapá.....		— 3.967	4	4	3	2	2	18,05	61,9	30,0	8,07	1,76	3	F ₁	
Ipatinga.....		— 3.615	4	4	4	2	2	19,30	57,7	36,6	8,50	2,22	3	F ₂	
Fortaleza.....		— 3.584	3	4	2	4	4	25,77	57,8	20,7	13,46	4,68	2	P ₂	
Natal.....		— 3.012	2	4	3	3	5	27,27	62,1	25,5	11,29	4,82	3	I ₁	
Recife.....	P ₃	— 2.790	3	4	3	3	4	26,16	61,8	28,5	10,93	4,62	3	I ₁	
Iajás.....		— 2.495	4	3	3	4	3	13,95	56,4	32,5	13,23	2,40	2	P ₃	
Cachoeira do Sul.....		— 2.407	4	4	3	4	3	16,39	59,8	27,6	14,23	2,77	2	P ₃	
Campos.....	I ₁	— 1.978	4	5	3	4	3	15,83	64,7	22,5	14,82	2,95	2	P ₃	
Montes Claros.....		— 1.657	4	4	3	4	4	21,68	62,1	32,6	14,00	3,69	1	P ₂	
Maceió.....		— 1.619	2	4	4	4	4	29,04	63,2	35,6	12,97	4,77	3	I ₁	
Aracaju.....		— 1.428	2	5	3	4	4	27,75	65,9	30,4	15,36	4,29	2	I ₁	
Manaus.....		— 1.266	5	4	3	3	4	13,07	64,2	26,7	10,80	4,41	3	F ₁	
Divinópolis.....	I ₂	— 0.855	4	4	4	4	3	18,17	60,2	44,2	13,82	2,71	1	P ₃	
Criciúma.....		— 0.685	4	4	4	4	2	13,62	62,2	42,5	13,99	1,98	2	F ₂	
Paranaguá.....		— 0.326	5	4	4	4	3	12,40	62,2	44,8	12,71	2,28	2	F ₂	
Nova Friburgo.....		— 0.095	4	6	3	4	3	17,12	70,8	29,5	16,36	3,07	3	P ₂	
Campo Grande.....		— 0.084	5	5	4	4	2	12,37	66,7	46,8	13,16	1,98	1	I ₃	
Belém.....		0.117	5	7	3	3	4	10,24	71,6	25,3	12,31	4,13	3	I ₃	
Uruguaiana.....		0.241	5	4	4	4	4	13,42	64,3	38,4	15,37	3,16	1	I ₁	
Barra Mansa - Volta Redonda.		0.275	5	7	4	3	4	12,87	71,5	34,7	12,34	3,18	3	F ₂	
Pelotas-Rio Grande.....		0.321	4	5	4	3	4	14,15	66,4	37,0	11,94	4,45	2	P ₃	
Sete Lagoas.....		0.452	5	5	4	4	2	12,37	66,7	46,8	13,16	1,98	3	P ₃	
Cuiabá.....		0.524	4	4	4	4	5	13,99	62,2	38,0	13,69	4,94	1	I ₃	
Salvador.....		0.553	4	6	3	4	5	17,88	68,5	29,1	14,84	5,49	2	I ₃	
Uberlândia.....		0.839	4	4	4	4	4	15,18	62,2	41,0	15,80	4,38	1	I ₁	
Goiania.....		0.903	4	4	4	4	6	15,41	61,5	37,3	13,35	6,28	2	I ₃	
Tubarão.....		0.986	5	4	5	4	3	12,72	62,9	53,6	13,85	2,34	2	I ₂	
Maringá.....	I ₂	1.068	4	4	5	4	4	16,00	61,1	51,5	15,36	3,40	1	I ₂	
Londrina.....		1.130	4	4	4	5	4	15,70	59,7	42,0	18,59	4,37	1	I ₂	

TABELA 1

(Conclusão)

IDENTIFICAÇÃO	SITUAÇÃO DO NÍVEL DE INSTRUÇÃO	Σ DOS SCORES PADRONIZADOS COM PONDERAÇÃO DA VARIÁVEL X ₃	NOTAS OBTIDAS PELAS VARIÁVEIS					PERCENTUAIS					INDICADOR DE DIVERGÊNCIA	NÍVEL DE RENDA
			X ₁	X ₂	X ₃	X ₄	X ₅	X ₁	X ₂	X ₃	X ₄	X ₅		
Bajé.....	I ₃	1.279	4	5	4	5	4	15,15	65,1	36,3	17,58	4,65	2	I ₁
Barbacena.....		1.304	4	4	4	6	4	20,15	62,2	47,1	20,97	3,13	2	F ₃
Itajaí.....		1.434	5	4	5	4	3	11,36	61,3	57,8	14,12	2,33	2	I ₂
Cachoeiro do Itapemirim.....		1.448	4	5	4	5	4	15,59	64,9	40,8	19,56	3,51	2	F ₂
Poços de Caldas.....		1.531	4	4	5	4	4	15,38	60,5	51,7	16,33	3,81	1	I ₃
São Luís.....		1.876	4	5	4	4	5	13,64	65,8	39,4	15,38	5,08	2	F ₂
São José dos Campos.....		1.805	4	4	5	4	5	15,03	60,0	51,9	14,01	5,13	2	F ₂
Brasília.....	F ₁	2.166	6	4	4	3	7	6,94	62,6	40,5	11,67	6,49	3	F ₃
Ponta Grossa.....		2.776	5	4	5	5	4	10,93	63,3	54,3	17,43	3,48	2	I ₃
Barretos.....		2.780	4	4	6	4	4	14,78	62,0	60,6	16,41	3,76	2	I ₁
Guaratinguetá.....		2.941	5	4	5	4	4	12,77	61,4	58,3	15,80	4,43	2	I ₂
Araçatuba.....	F ₂	3.009	4	4	5	4	5	14,63	60,6	57,3	16,78	4,93	2	I ₂
Jundiaí.....		3.021	5	4	6	4	3	11,95	64,1	65,7	14,20	2,96	3	F ₂
Santa Maria.....		3.078	5	5	4	4	7	11,31	67,3	35,7	13,80	7,89	3	I ₂
Uberaba.....		3.094	4	5	4	6	5	16,53	66,2	43,0	20,75	5,33	3	F ₃
Rio de Janeiro.....		3.104	4	6	4	5	5	17,56	69,4	41,5	19,28	5,60	3	F ₃
Vitória.....		3.198	4	4	4	5	5	14,18	63,8	49,3	18,28	5,34	2	I ₃
Belo Horizonte.....		3.279	5	4	5	4	6	12,73	62,8	51,5	15,36	5,90	2	I ₃
Limeira.....		3.330	5	4	7	4	3	13,27	61,0	71,3	15,69	2,90	3	F ₁
Joinville.....		3.590	6	4	7	4	3	7,98	59,7	69,5	17,13	2,41	3	F ₁
Passo Fundo.....		3.605	5	6	4	6	6	11,41	68,7	36,5	20,11	6,02	3	I ₂
Franca.....		3.701	4	5	5	4	4	13,90	65,8	59,9	15,87	4,56	2	F ₃
Americana.....		4.062	5	5	7	4	3	11,51	65,4	74,6	14,99	2,38	3	F ₂
Santos.....		4.119	5	5	6	5	4	11,79	65,7	61,6	18,25	3,69	3	F ₃
Sorocaba.....		4.122	5	5	6	4	4	11,75	64,9	67,5	15,34	3,84	2	F ₂
Taubaté.....		4.538	5	4	6	4	6	12,24	62,8	61,0	16,75	5,84	3	I ₂
São Paulo.....		4.543	4	4	6	4	5	13,65	64,0	65,2	17,24	4,88	3	F ₃
Juiz de Fora.....		4.748	5	5	5	6	5	12,24	65,3	56,4	19,72	5,37	3	I ₁
Porto Alegre.....		4.790	5	5	4	6	6	10,44	67,6	43,6	21,82	6,15	3	F ₃
Blumenau.....		4.976	6	4	6	6	3	6,20	64,1	66,7	20,45	2,66	4	F ₁
Florianópolis.....	F ₃	5.001	5	4	4	6	7	11,81	63,7	50,1	21,68	6,55	3	I ₃
Marília.....		5.158	4	4	6	6	5	14,95	63,8	64,1	20,83	5,01	3	I ₂
Caxias do Sul.....		5.162	5	6	4	7	5	9,47	68,5	42,7	25,12	5,34	4	F ₂
Campinas.....		5.439	5	4	6	5	6	10,65	63,7	65,1	17,73	5,71	3	F ₃
Piracicaba.....		5.447	5	4	6	4	6	11,81	62,2	67,0	16,46	6,42	3	F ₁
Presidente Prudente.....		6.017	4	4	6	7	5	15,43	64,0	64,7	23,48	5,54	3	I ₂
Rio Claro.....		6.055	5	5	7	6	4	11,23	64,5	73,2	19,78	4,42	3	F ₁
Araraquara.....		6.072	5	4	6	6	5	13,27	64,0	68,2	21,07	5,43	3	F ₁
Ribeirão Preto.....		6.350	5	4	6	6	6	11,51	62,8	64,9	21,41	6,33	4	F ₁
Bauru.....		6.752	5	5	6	6	6	10,95	65,4	66,8	21,47	5,90	4	F ₂
Curitiba.....		6.767	6	4	5	7	7	8,29	62,5	53,7	25,17	7,18	4	F ₃
São José do Rio Preto.....		7.470	5	5	7	7	6	13,05	66,6	69,6	23,51	5,98	4	I ₃
São Carlos.....		7.557	5	4	6	7	7	12,92	62,5	68,8	22,87	7,46	4	I ₃

NOTAS: 1. No somatório dos scores padronizados a variável X₃ teve peso 2 e o score da variável X₁ foi considerado o da % da população de 10 anos e mais sabendo ler e escrever; 2. A nota da variável X₁ foi invertida a fim de permitir melhor comparação com as demais.

Através da classificação obtida pelas unidades de observação, seguidos os dois procedimentos específicos da metodologia adotada, conclusões bastante significativas podem ser tiradas:

1 — As concentrações urbanas classificadas como as de divergência mínima em relação ao que seria um “padrão médio”, apesar de se constituírem em verdadeiras “localidades centrais” desenvolvidas em áreas voltadas para atividades rurais, não se apresentam todas no mesmo grau de desenvolvimento econômico. Enquanto algumas aglomerações atuam em espaços escassamente povoados, outras se encontram em áreas de maior concentração populacional. Assim, Montes Claros (MG), que pode exemplificar o primeiro caso, localizada em uma região de contato entre o Nordeste e o Sudeste, alia características de região pouco desenvolvida a um dinamismo que lhe advém de sua relativa proximidade dos mercados do Sudeste. Londrina e Maringá (PR), que podem ilustrar o segundo caso, estão situadas em uma zona de grande expressão agrícola, densamente ocupada e onde o desenvolvimento industrial se encontra em expansão, têm uma área de mercado de elevado nível de vida. Como essa zona é de grande concentração de centros urbanos, existe forte concorrência na função de distribuir bens e serviços.

Torna-se procedente uma ligeira análise das notas obtidas em cada uma das variáveis pelas unidades de pesquisa integrantes deste grupo de divergência mínima, pois os afastamentos em relação à média podem ser um reflexo da situação sócio-econômica da região na qual estão inseridas.

Neste grupo, como não poderia deixar de ser, a tônica principal é a classificação dos centros no intervalo da média (nota 4). Excepcionalmente Uberlândia, todos os de-

mais centros surgem com nota 4 em todas as variáveis, com exceção de uma. Esta varia de centro para centro.

Os afastamentos em relação ao intervalo da média na variável x_3 -% da população de 12/14 anos com curso primário ou elementar completo, foram constatados em Montes Claros, Poços de Caldas e Maringá. Em se tratando de indicadores sociais, toda a região ao norte de Belo Horizonte apresenta situação muito semelhante a do Nordeste. Assim, embora Montes Claros seja um importante centro regional, em nascente processo de industrialização, vinculado a atividades agropastoris, sua nota nessa variável foi 3. Poços de Caldas e Maringá apresentam comportamento de certa forma análogo, só que o afastamento dá-se em outra direção. Localizadas respectivamente no sul de Minas e no norte do Paraná, áreas sob atuação da metrópole bandeirante, já apresentam nível de escolarização mais elevado na faixa etária 12/14 anos.

Divinópolis e Cuiabá divergem no tipo de afastamento em relação ao intervalo da média quando se trata da variável x_5 -% da população de 20 anos e mais cursando o superior e com curso superior completo. Enquanto a primeira posicionou-se abaixo do intervalo da média, a segunda, capital administrativa de um estado possuidor de pequeno número de centros urbanos de certa projeção, aparece em situação mais favorável. A proximidade de Divinópolis em relação a Belo Horizonte e a outros centros dotados de faculdades e a grande distância de Cuiabá, relativamente a outros centros, justificam ainda as duas situações.

Campo Grande e Uruguaiana se afastam da média (nota 5), denotando situação mais favorável quando se trata do percentual dos que não sabem ler e escrever.

Na variável x_4 — % da população urbana de 15/19 anos com curso médio completo, somente Londrina apresenta situação superior àquela do intervalo da média.

Uberlândia se constitui, então, na única aglomeração que em todas as variáveis se localiza no intervalo da média. É um dos principais centros comerciais do Triângulo Mineiro (sendo o outro, Uberaba) com atividade industrial em desenvolvimento apoiado em insumos agrícolas.

Embora seja este, pela própria natureza do método, o mais homogêneo dos grupos, apresenta, conforme foi visto, uma diferenciação interna, que se torna mais visível ao se ponderar a variável x_3 , quando as aglomerações do grupo passam, assim, a se posicionar em termos de uma situação de menos a mais favorável: Montes Claros, Divinópolis, Campo Grande, Uruguaiana, Cuiabá, Uberlândia, Maringá, Londrina e Poços de Caldas. Esta simples ordenação já permite perceber o significado do espaço regional. Excluindo Uruguaiana e Cuiabá, todas elas se encontram em uma faixa transversal mediana do território nacional. As duas exceções podem ser consideradas verdadeiras pontas de lança da interiorização urbana: ao norte, Cuiabá, na borda da Amazônia e, ao sul, Uruguaiana, no extremo da fronteira com a Argentina. Embora dessas nove aglomerações somente quatro sejam fisicamente do Sudeste, duas outras na realidade o são também: Londrina e Maringá, pois estão, sem dúvida, voltadas mais para São Paulo do que para a capital do seu estado.

2 — Da mesma forma que ocorre com outros indicadores sociais (desde as estatísticas demográficas e de saúde até os índices mais sofisticados de natureza cultural), os índices de alfabetização e escolarização naturalmente variam, no espaço e no tempo, na dependên-

cia de características sociais e econômicas mais gerais.

Ao se examinar os padrões de nível de instrução surgem nitidamente quatro conjuntos de aglomerações:

I) o Nordeste (dado o pequeno número de aglomerações do Norte, foram as mesmas consideradas juntamente com o Nordeste);

II) o Sudeste, excluído o Estado de São Paulo;

III) o Estado de São Paulo;

IV) o Sul.

Este contraste espacial bastante nítido é constatado mormente em termos de espaço regional e não propriamente em termos de divisão político-administrativa, haja vista as aglomerações localizadas no Estado de Minas Gerais em seus trechos norte e nordeste que muito se assemelham àquelas do Nordeste (vide tabela 1).

Quando se analisa divergências em relação ao que seria um “padrão médio” na categoria de maior divergência, observa-se presença marcante das concentrações nordestinas da categoria “municípios com cidades de 50.000 habitantes e mais” na situação de maior precariedade. O desequilíbrio no âmbito do universo analisado é tão grande que, na mesma categoria, mas referente à situação mais favorável, não se posiciona nenhuma das outras aglomerações. A precariedade nordestina prolonga-se mesmo por centros regionais do gabarito de Campina Grande e por cidades que detêm a função de capital administrativa, onde se sabe, o poder público sempre investe mais nos chamados equipamentos de infra-estrutura social. João Pessoa, Teresina, Natal e mesmo as áreas metropolitanas de Fortaleza e Recife deixam muito a desejar no tocante a nível de instrução. O Nordeste somente apresenta situação um pouco mais

favorável em se tratando de São Luís e Salvador, cidades reconhecidamente de grande tradição cultural. Sem dúvida, a tradição é um “peso” importante neste indicador.

A tabela I permite uma avaliação bastante clara dessa situação de precariedade, permitindo mesmo que se tenha idéia das diversas situações em que os centros se encontram¹¹. Convém acentuar a existência de um intervalo de variação bastante amplo entre as aglomerações nordestinas, de — 13.770 (Sobral) a — 2.790 (Recife).

O segundo grupo a ser considerado é formado pelas aglomerações do Estado de São Paulo que pela sua situação econômica e ambiental específica mereceram ser desagregadas da Região Sudeste. A posição mais favorável é confirmada nas duas tipologias adotadas. Em relação ao “padrão

médio” encontram-se as categorias 3 e 4, o que significa divergência moderada e grande, mas essa divergência deve-se a uma situação mais favorável, demonstrando já terem atingido um estágio expressivo dentro dos padrões brasileiros. Na classificação que se fez das concentrações urbanas em nove níveis (três favoráveis, três intermediários e três precários), todas as concentrações paulistas se incluíram nas situações favoráveis (F₁, F₂ e F₃), exceção feita a São José dos Campos, que se posicionou na situação intermediária 3.

Em *Sistema Urbano da Região Sudeste*, Buarque de Lima e Correa constataram que “em relação às cidades do interior paulista verifica-se que, em sua maioria, apresentam um tamanho funcional comparativamente maior que o tamanho populacional”. Assim, como exemplo:

CENTRO URBANO	ORDENAÇÃO	
	Tamanho Funcional	Tamanho Populacional
Ribeirão Preto.....	7.º	13.º
Bauru.....	17.º	26.º
São José do Rio Preto.....	16.º	31.º

Um outro grupo, este formado por unidades pertencentes à Região Sul, apresenta-se mais ou menos homogêneo em seu conjunto, embora aglomerações como Lajes e Cachoeira do Sul apareçam em situação mais precária (vide tabela I).

Considerando-se o intervalo da variação entre as notas máxima e mínima atribuídas às aglomera-

ções estudadas, verifica-se que das Regiões, é a Sul que se coloca em primeiro lugar quanto ao menor intervalo, o que demonstra situação de certa homogeneidade.

Das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, regiões que possuem maior número de aglomerações no universo que se pesquisa, é o Sul a que apresenta maior homogeneidade em relação às médias de cada

¹¹ Foram definidas três situações de precariedade: precariedade 1 ou situação de extrema precariedade (P₁) precariedade 2 (P₂), precariedade 2 ou situação de precariedade menos acentuada (P₃).

QUADRO XIV

ESPAÇO CONSIDERADO	Σ SCORES PADRONIZADOS		INTERVALO DE VARIAÇÃO
	Mínimo	Máximo	
Nordeste.....	-13.770	1.676	15.446
Sudeste.....	-10.140	7.557	17.697
Sudeste excluído São Paulo	-10.140	4.748	14.888
São Paulo.....	1.805	7.557	5.752
Sul.....	- 2.495	6.767	9.262

variável. Isto pode ser constatado ao se analisarem conjuntamente o desvio padrão e o coeficiente de variação de cada variável, uma vez que se o primeiro permite ter-se idéia da concentração dos valores em relação à média, o segundo esclarece o intervalo maior, isto é, a amplitude entre os valores máximo e mínimo.

Quanto ao Sudeste, observa-se nele maior heterogeneidade interna, haja vista a necessidade sentida de se desagregar o Estado de São Paulo. Mesmo após essa secção, o Sudeste apresenta-se ainda bastante heterogêneo, o que pode ser constatado nas tabelas já citadas. A centros mediocrementemente servidos por infra-estrutura social (no caso, equipamentos de educação), como Teófilo Otôni e Governador Valadares, opõem-se outros que, pelas notas obtidas, perfilam-se ao lado dos bem aquinhoados do Estado de São Paulo — é o caso de Juiz de Fora.

Correa e Buarque de Lima constataram através de uma análise fatorial a diferença entre tamanho funcional e tamanho populacional: Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Vitória apresentam-se com tamanho funcional relativamente superior ao tamanho populacional; em Campos, Governador Va-

ladares, Montes Claros, Divinópolis, Teófilo Ottoni dá-se o oposto.

Torna-se válido, assim, ao se analisarem as disparidades regionais, realçar a conotação social de que se reveste o espaço. Poder-se-ia julgar certos grupos de concentrações urbanas se comportando como estruturas sociais diferenciadas, na medida que a cada um corresponde determinado nível de instrução e *status* econômico. Assim, como o nível educacional de um indivíduo concede-lhe determinado *status*, o mesmo ocorre com as regiões.

— Um primeiro grupo, onde a grande maioria das aglomerações possui a maior parcela de sua PEA percebendo rendimentos muito pequenos, apresenta nível de instrução deficiente quando comparado ao universo de pesquisa. Nele estão incluídas as aglomerações do Nordeste em sua totalidade (excluídas Salvador e São Luís), não significando, todavia, a inexistência de uma gradação entre as mesmas. Excluída Fortaleza, as capitais do Nordeste Oriental são, dentro da região, as que apresentam melhor situação (vide tabela 1).

— Um grupo intermediário no qual haveria grande variação nos indicadores de nível de instrução e rendimento. Aí estariam inclui-

QUADRO XV

UNIDADE DE OBSER- VAÇÃO	VARIÁVEIS														
	X ₁			X ₂			X ₃			X ₄			X ₅		
	\bar{X}	σ	C.V.	\bar{X}	σ	C.V.	\bar{X}	σ	C.V.	\bar{X}	σ	C.V.	\bar{X}	σ	C.V.
Nordeste....	30,25	7,75	25,64	53,65	9,48	17,67	21,45	8,06	37,61	10,65	3,05	28,64	3,06	1,64	53,52
Sudeste.....	15,01	4,01	26,73	62,97	4,78	7,59	52,77	15,68	29,72	16,76	3,91	23,32	4,29	1,44	33,69
Sul.....	12,13	2,78	22,92	63,34	3,26	5,16	45,84	11,11	24,25	17,18	4,04	23,52	4,08	1,85	45,47
Universo.....	17,77	8,52	47,95	60,8	7,00	11,63	41,92	18,15	43,30	14,94	4,63	31,01	3,93	1,68	42,90

NOTA: X₁ % da população urbana de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever.

X₂ % da população de 5/11 anos cursando o elementar ou primário.

X₃ % da população de 12/14 anos com curso primário completo.

X₄ % da população urbana de 15/19 anos com curso médio completo.

X₅ % da população urbana de 20 anos e mais com curso superior completo ou cursando o superior.

das aglomerações do Sudeste (com um número reduzido de aglomerações do estado bandeirante), do Centro-Oeste e algumas da Região Sul. Como é característico de classes ou grupos intermediários, neste grupo existe gradação muito ampla e algumas aglomerações aproximam-se bastante dos valores dos grupos limítrofes.

— Um terceiro grupo onde as aglomerações pertenceriam ao Estado de São Paulo e à Região Sul, uma vez que do Sudeste (excluído São Paulo) somente Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba nele se incluem. Neste grupo observa-se equivalência entre os níveis de instrução e de renda em suas situações mais favoráveis.

3 — Disparidades intergrupos são constatadas quando se desagrega o universo das noventa concentrações urbanas pelos três tipos considerados: áreas metropolitanas, aglomerações abaixo do

nível metropolitano e municípios com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações.

Luís Antônio Cunha, citado por Cupertino, trabalhando com dados de 1970, chegou a uma escolaridade média de três anos para a população urbana com 10 anos e mais e uma escolarização praticamente igual a zero para a população rural da mesma faixa etária. Como o universo que se pesquisa é constituído pelas concentrações urbanas de maior expressão dentro do país, é ele, logicamente, que apresenta a situação mais favorável do país no que se refere às variáveis relativas a nível de instrução.

Ponderando os *scores* das variáveis, as áreas metropolitanas situaram-se entre -3.584 (Fortaleza) e 6.767 (Curitiba), apresentando portanto o menor intervalo, uma vez que aglomerações abaixo do nível metropolitano e municípios

com cidades de 50.000 e mais habitantes não incluídos em aglomerações posicionaram-se entre -12.619 e 5.439 e -13.770 e 7.557, respectivamente.

Pelos scores acima citados conclui-se também que o terceiro é o mais heterogêneo dos grupos. Sendo também o único grupo a apresentar centros na categoria 1 — divergência mínima —, é, então, aquele que apresenta as aglomerações que mais se aproximam do que seria o “padrão médio”.

As diferenciações, bem marcantes algumas vezes, observadas no interior de cada um dos três grupos de aglomerações refletem uma conotação espacial bem nítida em termos de região.

Tais diferenciações constatadas a nível de um indicador único, que se propõe refletir as situações mais favoráveis e as mais precárias, podem ser ainda constatadas através de medidas estatísticas das mais simples, como as que se seguem relativas a cada uma das cinco variáveis selecionadas.

Áreas Metropolitanas

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E DISPERSÃO	x ₁	x ₂	x ₃	x ₄	x ₅
\bar{X}	15,85	65,11	39,90	16,76	5,40
σ	6,55	4,41	15,04	4,63	0,93
C.V.	41,36	6,78	37,69	27,66	17,35

Agglomerações abaixo do nível metropolitano

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E DISPERSÃO	x ₁	x ₂	x ₃	x ₄	x ₅
\bar{X}	18,58	60,64	42,24	13,72	4,24
σ	9,84	7,07	18,81	3,77	1,50
C.V.	52,94	11,67	44,52	27,50	35,50

Municípios com cidades de 50.000 habitantes e mais não incluídas em aglomerações

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E DISPERSÃO	x ₁	x ₂	x ₃	x ₄	x ₅
\bar{X}	17,74	60,27	42,11	15,13	3,58
σ	8,31	7,27	18,59	4,88	1,71
C.V.	46,86	12,07	44,15	32,26	47,89

4 — Em nível macro, constata-se descompasso entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (aqui representado pelo nível de instrução), desde que se considere o desenvolvimento industrial sofisticado que o país como um todo já alcançou, mas que ainda não se difundiu. Certos dados, obtidos através da PNAD, chegam a denotar também essa discrepância, bastando citar que enquanto 31% dos domicílios brasileiros possuem geladeira, 32% possuem televisão e 12% automóveis, algumas aglomerações urbanas ainda contam com elevado número de pessoas de 10 anos e mais que não sabem ler nem escrever.

Tal fato não se constitui em nenhum caso excepcional. Garcia, citando Gino Germani, comenta tal desequilíbrio: “Para Germani, numa situação de subdesenvolvimento, o fenômeno mais relevante da mudança social é a assincronia, que significa a mudança social que ocorre em tempos diferentes nas diversas instituições do sistema social. Assim, uma dada sociedade pode apresentar um sistema econômico avançado, correspondendo a um estágio moderno e concomitantemente um sistema educacio-

nal arcaico, típico de um estágio tradicional.”

Detalhando-se, no entanto, a nível regional ou mesmo local, tal descompasso não é observado com a mesma intensidade no universo que se pesquisa, uma vez que existe certa correspondência entre nível de instrução e faixas de rendimentos da PEA nas diferentes aglomerações.

Para permitir uma análise da correlação entre rendimento e nível de instrução, foi acrescentada na tabela 1, na qual se posicionaram as aglomerações urbanas de acordo com o indicador final obtido após a ponderação das notas das variáveis de NI, a classificação relativa a nível de rendimento da PEA que receberam de Buarque de Lima e Davidovich.

É preciso lembrar que as autoras citadas consideraram três situações relativas a níveis de rendimento: de precariedade, intermediária e favorável, cada uma das quais apresentando três subtipos: 1, 2 e 3, sendo o número 1 a pior colocação dentro de cada grupo.

Os valores característicos de cada situação foram os seguintes (omite-se o detalhamento de cada subgrupo):

QUADRO XVI

RENDIMENTO	SITUAÇÃO		
	Precária	Intermediária	Favorável
A	≥ 58,0 a <86,0	≥50,0 a <66,0	>30,0 a <55,0
B	> 4,00 a <20,0	≥15,0 a <25,0	≥20,0 a <35,0
C	≥ 3,00 a <12,0	>9,00 a ≤15,0	≥12,0 a <27,0
D	≥ 0,5 a < 4,00	≥ 2,5 a < 6,5	≥ 2,5 a < 4,0

NOTA: A = Rendimentos mensais até Cr\$ 200,00; B = rendimentos de Cr\$ 201,00 a Cr\$ 400,00; C = rendimentos de Cr\$ 401,00 a Cr\$ 1 000,00; D = rendimentos superiores a Cr\$ 1 000,00 (dados de 1970).

De acordo com o que se observa na tabela 1, pode-se dizer que existe uma concordância generalizada entre N_1 e R, isto é, N_1 menos expressivo, R mais precário, sendo a recíproca também verdadeira; nas situações extremas mais facilmente se observa tal correlação.

Chama atenção o caso de algumas aglomerações onde falha a citada concordância, podendo as mesmas serem encaixadas nas seguintes situações:

a) R sensivelmente superior ao que seria esperado em relação a N_1 .

b) N_1 sensivelmente superior ao que seria esperado em relação a R.

No primeiro caso encontram-se Macapá, Manaus, Ipatinga, Barra Mansa—Volta Redonda, Criciúma, Paranaguá, Brasília (esta com menor discrepância).

Conforme se depreende, na maioria dos casos trata-se de aglomerações onde uma atividade econômica mais dinâmica se reflete na possibilidade de alguns estratos da PEA perceberem rendimentos melhores. Embora a função industrial seja a maior parte das vezes a responsável por isso, ocorrem também outros casos como o de Brasília, que deve à função administrativa federal a sua inclusão entre estas aglomerações. Manaus apresentou a partir de 1960 um grande crescimento e se constitui no grande e quase único centro de expansão urbana de seu estado. Macapá, apesar de concentrar, juntamente com Santana, 82,3% da população do território do Amapá, se constitui em sua capital administrativa, ser centro de comercialização do minério de manganês e ser ainda entreposto comercial do território e da região das ilhas do Pará, não conseguiu ainda ampliação dos serviços urbanos, o que justifica N_1 bem inferior a R.

No segundo caso incluem-se São Luís, Montes Claros, Barbacena, Cachoeiro de Itapemirim, Franca, Uberaba, Barretos, Juiz de Fora, Taubaté, Santa Maria, Florianópolis, Passo Fundo, Marília, Presidente Prudente, São Carlos e São José do Rio Preto.

Entre essas aglomerações constata-se uma variada gama nas notas obtidas.

A melhor colocação de alguns centros em nível de instrução é devido à função de capital administrativa. Como já foi explicitado, nessas aglomerações não só a atuação governamental se faz sentir com maior intensidade como o poder de reivindicação por parte da população é maior. É o caso de São Luís (aqui, acrescenta-se ainda a tradição cultural desta cidade, desde há muito cognominada a "Atenas brasileira") e Florianópolis. Os demais são centros regionais, fornecedores de serviço, entre estes se destacando os educacionais. Alguns desses centros regionais adquiriram sua posição em um passado um tanto ou quanto distanciado, quando a região, na qual estão inseridos, desfrutava de situação econômica mais favorável; hoje, apesar da importância econômica ter decrescido, mantiveram o papel de distribuidor de serviços. É o caso nítido de Cachoeiro de Itapemirim. Alguns centros, como Santa Maria, Passo Fundo, São Carlos e Florianópolis, destacaram-se em nossa classificação principalmente no que se refere à variável x_5 -% da população urbana de 20 anos e mais frequentando o curso superior e com curso superior completo.

3 — CONCLUSÕES

Logo de início levantaram-se as seguintes hipóteses, relacionando nível de instrução (NI) com rendimento (R):

1) para os grupos etários mais jovens, o nível de instrução seria uma função da renda:

$$N_I = f(R)$$

2) para a população adulta, a renda monetária seria uma função do nível de instrução:

$$R = f(N_I)$$

Ao se correlacionarem as diferentes faixas de rendimento com as variáveis relativas a nível de instrução, foram expressivos, apesar de se tratar apenas de uma função crescente de duas variáveis, o que não permite que se estabeleça com rigor relação de causalidade entre as mesmas.

QUADRO XVII

N _I	R	Até Cr\$ 200,00	De Cr\$ 201 a Cr\$ 400,00	De Cr\$ 401 a Cr\$ 1 000,00	Mais de Cr\$ 1 000,00
	x ₁		0,75	-0,76	-0,68
x ₂		-0,61	0,61	0,61	0,59
x ₃		-0,65	0,65	0,70	0,54
x ₄		-0,49	0,46	0,53	0,57
x ₅		-0,40	0,32	0,49	0,73

A primeira faixa de R só apresenta correlação positiva com a variável x₁, donde se pode inferir que a população urbana de 10 anos e mais que não sabe ler nem escrever percebe, em sua maior parte, rendimentos não superiores a um salário mínimo. E, na realidade, o que acontece muitas vezes é que não chegam a atingir sequer 1/3 ou 1/2 do salário.

Quanto à variável que exprime a % da população de 12/14 anos com primário completo, correlaciona-se positivamente, de maneira significativa, com a faixa de Cr\$ 401 a Cr\$ 1.000,00, ou, em outras palavras, de 3 a 5 salários.

Outra constatação interessante é a que se refere à variável x₅, e os níveis de rendimento mais elevados; correlação positiva significativa é o que se encontra. Aí estão incluídos tanto os que estão fazendo o curso superior (e, neste caso, na maioria das vezes, a renda é ainda a dos pais) e também aqueles que já possuem o curso superior completo. Logicamente,

neste último caso, a renda já é a dos próprios portadores dos diplomas.

Correlacionando o rendimento mensal das pessoas de 10 anos e mais e anos de estudo (a nível de Brasil, dados de 1970), Helena Lewin concluiu sobre uma correlação positiva entre essas duas variáveis: "Confirmou-se a existência de correlação entre anos de estudo e nível de renda, pois que daqueles classificados como "sem instrução" 60% estavam na categoria de "sem rendimentos" e dos 40% restantes 90% recebiam até 1 salário mínimo na época (1970) . . . No grupo de rendimentos mais elevados a população de 13 a 17 anos de estudo representa 52% do total deste grupo e é 27 vezes maior o seu contingente em relação ao grupo de até 2 anos de estudos. Por sua vez, este último grupo representa quase 40% da população cuja renda alcança até Cr\$ 200,00."

Embora sejam comentários relativos a dados mais recentes, cabe

transcrever aqui os elaborados ainda por Helena Lewin a respeito do CESGRANRIO, órgão encarregado do vestibular unificado, e citado por Cupertino: "de acordo com as pesquisas realizadas no vestibular de 1972 as chances de classificação dos candidatos de mais baixa renda foram de 19%. Essa probabilidade aumentou clara e progressivamente até encontrar seu ponto máximo nos indivíduos de renda familiar acima de Cr\$ 5 000,00, que detiveram 46% de chances de sucesso. Para 1974 as chances do estrato baixo continuaram a ser de 19%, porém o grupo de mais altas rendas alcançou 53%. No vestibular de 1977 as chances do grupo de baixa renda diminuíram para 18,4% e as chances do grupo de mais altas rendas aumentaram para 67%. Está havendo, assim, uma tendência à concentração das probabilidades de acesso. O fator renda deve ser tomado sociologicamente, isto é, a maior folga no orçamento familiar permite maior disponibilidade de tempo, maior facilidade de acesso à informação e a cursos de melhor

qualidade acadêmica, que, indiscutivelmente, funcionam como vantagens para o sucesso escolar. É importante frisar, no entanto, que as pesquisas não demonstraram que os candidatos de renda mais baixa não têm condições de ingressar na universidade, e sim que são portadores de certos atributos desfavoráveis ao longo de sua vida, apresentando maiores dificuldades de serem absorvidos nos exames de seleção ao ensino superior".

E o distanciamento crescente dos rendimentos entre os diversos estratos da população portadores de maior ou menor escolarização reveste-se da maior gravidade. "Segundo os censos, a renda média dos diplomados no nível superior passou de dez vezes a dos analfabetos em 1960, a quinze vezes em 1970, aumentando 50% em termos reais; enquanto isso, a renda dos que tinham o científico aumentava 28%; a dos que tinham o ginásio, 10%; a dos que tinham o primário, 14%; a dos analfabetos, apenas 1%." (Cupertino)

BIBLIOGRAFIA

- ALLMAN, John; COX, K. R.; ERHART, R.; RUSSWURM, Lorne H. (1964) — The Use of Standardized Values in Regionalization: The Example of a Socio-Economic Spatial Structure of Illinois, 1960 in *The Professional Geographer*, vol. XVI, n.º 3.
- BUARQUE DE LIMA, Olga Maria e CORREA, Roberto Lobato (1977) — Sistema Urbano in *Geografia do Brasil — Região Sudeste*, vol. 3 IBGE, Rio de Janeiro, p. 569-663.
- CAMPOS, Antônio Pedro de Souza (1972) — *A Contribuição da Geografia do Planejamento Educacional* — tese de doutoramento Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTRO, Cláudio Moura (1973) — *Investimento em Educação no Brasil: um Estudo Sócio-Econômico de Duas Comunidades Industriais* — Monografia n.º 12 IPEA — INPES — Rio de Janeiro.
- CORAGGIO, J. L. (1977) — Social Forms of Space Organization and their trends in Latin America — in *Antipode* vol. 9, n.º 1.
- CUNHA, L. Antônio (1975) — *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil* — Ed. Francisco Alves S. A., Rio de Janeiro.
- CUPERTINO, Fausto (1978) *Educação, um Problema Social (uma Radiografia do Ensino no Brasil)*, Edit. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

- DAVIDOVICH, F. e BUARQUE DE LIMA, Olga Maria (1975) — Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil — in *Revista Brasileira de Geografia* ano 37, n.º 1, IBGE — Rio de Janeiro.
- _____ e _____ (1976) — Análise das Aglomerações Urbanas no Brasil in *Revista Brasileira de Geografia*, ano 38, n.º 4. IBGE Rio de Janeiro.
- GARCIA, P. Benjamim (1977) — *Educação: Modernização ou Dependência* — Livraria Francisco Alves Editora S. A., Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES Neto, Leonardo (1976) — *O Emprego Urbano no Nordeste — Situação Atual e Evolução Recente 1950/1970* — B. N. B. Fortaleza.
- KOWARICK, L. (S/d) — Estratégias do Planejamento Social no Brasil in *Cadernos Cebrap* n.º 2. São Paulo.
- LAMOUNIER, B. (S/d) — Educação in Composição da População Brasileira — *Cadernos Cebrap* n.º 15, São Paulo.
- LEWIN, Helena (1976) — Qualificação Educacional da Força de Trabalho no Brasil in *Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais*, IBGE, Rio de Janeiro, p. 473/493.
- LOJKINE, J. (1977) — *Le Marxisme, l'Etat et la Question Urbaine* — Presses Universitaires de France, Paris.
- MALAN, P. e WELLS, J. (1978) — Distribuição de Renda e Desenvolvimento Económico do Brasil in *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento Económico*, 2.ª edição — Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- MELLO e SOUZA, A. (1979) — Financiamento da Educação e Acesso à Escola no Brasil in *Pesquisa e Planejamento Económico*, IPEA; Rio de Janeiro.
- MUNHOZ, F. A. (1976) — Escola: a Professora e sua classe in *A Ambigüidade de uma Ideologia. Instituições e Reprodução Humana no Brasil* — *Estudos Cebrap* n.º 29, São Paulo.
- PASTORE, J. (1973) — Emprego, Renda e Mobilidade Social no Brasil in *Pesquisa e Planejamento Económico* — 6 (3). IPEA, Rio de Janeiro.
- ROSSI, W. Gonçalves (1978) — *Capitalismo e Educação* — Coleção Educação Universitária. Cortez C. Moraes, São Paulo.
- SANSON, João Rogério (1976) — Alguns Aspectos Demográficos e Económicos da População Economicamente Ativa no Brasil — 1970 in *Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais*; IBGE, Rio de Janeiro, p. 362/369.
- SANTOS, Milton (1979) — *Espaço e Sociedade* — Editora Vozes, Petrópolis.
- SERRA, J. (1978) — A Reconcentração da Renda: justificativas, explicações, dúvidas (1973) in *A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, 2.ª edição, Zahar Editora, Rio de Janeiro.
- TOLOSA, Hamilton C. (1978) — Dimensões e Causas da Pobreza Urbana in *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro — contribuições em economia* — (coord. W. Baer, P. Gelger e P. R. Haddad) — Editora Campus, Rio de Janeiro.
- U. F. R. J. (1974) — Urbanismo e Habitação — Estudo de Problemas Brasileiros — Curso de Atualização, Forum de Ciência e Cultura, Rio de Janeiro.